



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 056

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 056

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Indicações

Requerimentos

Projetos de Resolução

Projetos de Lei

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior

Liderança do PT

Dep. Elton Welter.....

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final.....

3ª Discussão.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

Redação.....

DIÁRIO Nº 056

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

29 DE MAIO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Professor Luizão e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro e Osmar Bertoldi (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori e Nereu Moura (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 139/07

SÚMULA:

Indicação à Secretaria dos Transportes, para construir ciclovias em Londrina.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, INDICA, após manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Dr. Rogério Tizzot, Secretário dos Transportes, a urgente construção de uma ciclovias, em Londrina, na PR-445, na extensão que liga o Conjunto Saltinho ao viaduto na entrada de Cambé. A obra é extremamente importante, pois nesse trecho existem moradias, lojas, shopping center e a UEL. O fluxo de veículos no trecho é muito grande. Todos os dias ocorrem graves acidentes na área, com atropelamento de ciclistas e de pedestres, resultando em mortes ou feridos gravemente. A construção dessa ciclovias é uma obra de baixo custo, mas de alcance social incalculável. Funcionários da UEL - Universidade Estadual de Londrina são os que mais clamam pela implantação dessa obra. Na PR-445 já ocorreram graves acidentes que vitimaram servidores da UEL, justificando-se, plenamente, que o Governo do Estado construa a ciclovias aqui reivindicada.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

INDICAÇÃO Nº 140/07

SÚMULA:

Propõe a criação da CIRETRAN de Jaguapitã.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

Dirijo-me a V. Exa. para reivindicar a criação da CIRETRAN de Jaguapitã, expondo os seguintes argumentos:

1) A mesma tem como área de abrangência os municípios de Guaraci, Prado Ferreira e Miraselva.

2) Com esta implantação, os residentes nos municípios acima citados poderão realizar os exames médicos, práticos e teóricos tanto para a obtenção quanto para a renovação da carteira de habilitação, sem se deslocarem para a cidade de Rolândia, o que tem na realidade acarretado transtornos e despesas de locomoção.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender a solicitação do Prefeito Municipal de Jaguapitã, Luiz Carlos Trapp, com o apoio dos prefeitos dos municípios de Guaraci, Prado Ferreira e Miraselva, que busca racionalizar o atendimento aos munícipes para a obtenção ou renovação das respectivas carteiras de habilitação.

O município possui comarca própria e atualmente conta com 3.294 veículos, podendo abranger o município de Guaraci, que contém uma frota de 1.306 veículos e os municípios de Prado Ferreira e Miraselva com 656 e 501 veículos respectivamente, uma vez que a distância para Jaguapitã é bem menor do que para a CIRETRAN a quem pertencem hoje.

INDICAÇÃO Nº 141/07

SÚMULA:

Propõe a reforma física e aquisição de equipamentos para o Colégio Estadual Joana d'Arc, no município de Araruna.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A reforma/melhoria física no prédio do Colégio Estadual Joana d'Arc Ensino Fundamental e Médio, no município de Araruna:

- reforma dos banheiros dos alunos;
- calçamento externo em torno do muro do colégio.

II - Aquisição dos seguintes equipamentos:

- iluminação fluorescente para as 10 salas de aula do colégio;

- uma máquina copiadora;

- dois aparelhos de ar condicionado para o laboratório de informática dos alunos.

III - Tal pleito visa atender ao pedido recentemente feito pela Presidente da APMF do colégio, onde nos aponta as dificuldades enfrentadas naquela instituição de ensino, por tratar-se de uma reivindicação antiga dos professores, pais e alunos, corpo de funcionários do colégio e em especial dos estudantes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 142/07

SÚMULA:

Propõe instalação de iluminação elétrica nas quadras poliesportivas, unidades novas.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A instalação de iluminação elétrica nas novas quadras poliesportivas dos seguintes Colégios Estaduais: C. E. Leocádia B. Ramos - Pinhais; C. E. Mário B. T. Braga - Piraquara; C. E. Bento Munhoz R. Neto - Colombo; C. E. Genésio Moreschi - Colombo; C. E. Zumbi dos Palmares - Colombo e C. E. Vila Liberdade - Colombo.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se na necessidade dos alunos do período noturno em cumprirem a disciplina de Educação Física dentro do período escolar, em conformidade com as leis e diretrizes da educação e para que a escola tenha um espaço amplo, protegido, iluminado para as atividades extra-curriculares e o uso da própria comunidade como reuniões e eventos.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o requerimento de autoria da Liderança da Oposição, requerendo informações à Secretaria de Educação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o requerimento de autoria da Liderança da Oposição, requerendo informações à Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o requerimento de autoria da Liderança da Oposição, requerendo informações à COHAPAR

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a essa douta Mesa Executiva, com fulcro no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 168/07, de autoria própria, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a essa douta Mesa Executiva, com fulcro no artigo 158 do Regimento Interno retirar, o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 169/07, de autoria própria, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que sejam instalados computadores com acesso a internet no setor de jornalismo reservado à imprensa localizado ao fundo do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Justifico que a comunicação on-line dentro desta Casa de Leis trará um avanço de qualidade do serviço público e principalmente no sistema do Parlamento, aonde nós somos a ressonância das necessidades do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja reservado o uso do Plenário desta Casa de Leis, no próximo dia 05 de julho, no período das 14h00 às 18h00, para a realização do I Seminário de Assuntos do MERCOSUL, onde serão debatidos princípios gerais do tratado, com participação de professores, corpos consulares e alunos de universidades.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento

da Sra. Maria Stachoviak, ocorrido em 21 de maio do corrente, em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Iraci Palma, ocorrido em 23 de maio do corrente, em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Modestina da Fonseca, ocorrido no dia 25 de maio/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no município de Telêmaco Borba, no último dia 27 de maio, a Sra. Francisca Modestina da Fonseca. Era viúva do Sr. José Quintino da Fonseca e deixou os seguintes filhos: Ademir Quintino da Fonseca, Adith Quintino da Fonseca, Elieth Quintino da Fonseca e Abgail de Oliveira e 6 netos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a do convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Francisca Modestina da Fonseca, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fonseca, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Lidianópolis, pela passagem, no próximo dia 05 de junho/07, de seus 17 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Marcos Eusébio Dias Sobreira, Prefeito Municipal; ao Sr. Luiz Carlos da Silva, Vice-Prefeito Municipal; bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 05 de junho/07 marcará mais um aniversário do município de Lidianópolis e, temos certeza, será comemorado festivamente por toda a população.

Em 1950 começa a se delinear a formação da cidade de Lidianópolis. Nesta época, José Caetano Marques comprou da Sociedade Territorial Ubá uma gleba de 400 alqueires de terras, planejando fundar um povoado cujo nome seria Lidianópolis. O nome da localidade foi em homenagem à Sra. Lídia Marques, mãe do colonizador José Caetano Marques.

Mais tarde estas terras foram vendidas a João Morelle, que iniciou a implantação do patrimônio. As primeiras construções foram a serraria e Venda do Dimas.

No perímetro urbano foi pioneiro o Sr. Clarimundo Filho. Mais tarde, funcionou o bar de João Braga e Genor da Costa iniciou-se como cerealista. Em 1958, Bernardino Campos instalou um armazém.

Pela Lei nº 4692, de 21 de novembro de 1972, foi criado o distrito administrativo, com denominação alterada para Ubá do Sul. Este nome não vingou. A Lei nº 7108, de 17 de janeiro de 1979, permitiu que se voltasse à antiga denominação. Em 05 de junho de 1990, pela Lei nº 9289, foi criado o município de Lidianópolis, com território desmembrado de Jardim Alegre. A instalação deu-se a 1º de janeiro de 1993.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo do lidianopolitano, nesta data em que o município comemora o seu 17º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do duto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio Paiquerê FM, de Londrina.

O seu proprietário, Ricardo Spinosa, tem uma vida inteira dedicada ao rádio brasileiro e conseguiu fazer da Paiquerê FM uma das mais poderosas estações de todo o Brasil. São mais de 200 municípios que têm o privilégio de captar, com alta qualidade técnica, a programação da Paiquerê FM. É uma rádio feita com seriedade, muita garra e invejável capacidade profissional, ingredientes que dão à ela, há vários anos, a liderança absoluta de audiência. É dever desta Casa de Leis registrar, nos Anais da história, o reconhecimento público e a homenagem à Paiquerê FM, que podemos batizar, sem exagero, como a Universidade do Rádio. A presente homenagem é estendida, também, a todos os profissionais da emissora.

Requeiro que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada ao empresário Ricardo Spinosa, na Av. Paraná, 453, sala 1301, edifício Sul Brasileiro, CEP 86010-922, em Londrina.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Centro Universitário Franciscano - UNIFAE, pela comemoração dos 50 anos de fundação, ocorrida em 29 de maio de 1957, ao ser iniciado o processo de instalação da Faculdade de Ciências Econômicas, com os cursos de Sociologia e Política, Administração Pública e Ciências Econômicas. Em 1960 passa a ser denominada Faculdade de Ciências Econômicas, funcionando como unidade agregada à Universidade Católica do Paraná (atualmente PUC-PR), sendo reconhecida no ano de 1964 como Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Paraná. Em 1977 é desagregada da PUC e passa a denominar-se Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE, e alterado para Faculdades Bom Jesus no ano de 1997, porém a marca FAE perdura devido a sua tradição. No dia 29 de julho de 2004 é transformada em Centro Universitário Franciscano do Paraná e conhecido como FAE Business School - Centro Universitário, oferecendo os cursos de Direito, Engenharia de Produção e Informática. Em 2005, avança para novas áreas do conhecimento, implantando 6 novos cursos de graduação, surgindo então, a marca UNIFAE Centro Universitário.

Atualmente, funciona com 17 cursos de graduação, 22 áreas de especialização de *lato sensu*, 2 programas de

MBA, sendo 1 semi-internacional, e 1 curso mestrado. É reconhecida nacional e internacionalmente como FAE Business School, instituição de excelência em gestão e business, com forte diferencial na formação humanista.

Há 50 anos vem atuando no ensino superior, com uma proposta pedagógica inovadora e um corpo docente altamente qualificado, destacando-se na sua área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento de outras áreas do conhecimento.

É vinculada com o mercado corporativo e com renomadas instituições internacionais. Atua na produção de publicações e na realização de eventos empresariais, entre outros. Faz parte do grupo Bom Jesus, um grupo educacional que existe há mais de 100 anos no Brasil e que tem como base de atuação o ensinamento de São Francisco de Assis.

Busca formar um aluno capaz de fazer novas leituras da realidade, de resgatar os valores éticos, morais e espirituais que servem de referência para o ser humano.

Sentimo-nos orgulhosos em homenagear, através deste voto de louvor, o Centro Universitário Franciscano UNIFAE, o Reitor Sr. Nelson José Hillesheim, o Pró-Reitor Sr. Luiz Roberto Antonik, bem como o corpo docente e discente, funcionários e todos que, de alguma forma, contribuíram para o êxito dessa instituição de ensino.

Registramos nossos melhores cumprimentos, e, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Desembargador Jesus Sarrão.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Jesus Sarrão, por servir de exemplo de dedicação profissional e pelas suas decisões justas, demonstrando toda a sua competência e denodo em prol da Justiça em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná - PMPR, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando do mesmo informações sobre a possibilidade de envio de viatura da patrulha rural da Polícia Militar.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista as ocorrências registradas em propriedades rurais da região, destacando que os roubos vêm se efetivando com

muita violência, causando insegurança na população da zona rural de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente:

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, por seus Deputados membros adiante assinados, REQUER a essa douta Mesa Executiva envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, solicitando a implementação do programa desenvolvido naquela Secretaria denominado Desperdício Zero, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Solicitando, ainda, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado que requeira à Coordenadoria de Resíduos Sólidos os estudos e as medidas necessárias para a implementação do Programa Desperdício Zero, com o devido treinamento dos servidores da Assembléia, dos Deputados Estaduais e de suas assessorias, com ênfase na reciclagem e na redução do lixo produzido nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA, ROSANE FERREIRA, CLEITON KIELSE, ELTON WELTER, LUIZ FERNANDES LITRO, OSMAR BERTOLDI e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente:

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, por seus Deputados membros adiante assinados, REQUER a essa douta Mesa Executiva envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para que determine à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando que a empresa encaminhe técnicos a esta Casa para estudar e calcular a emissão de gases de efeito estufa oriundos das atividades administrativas, atividades de plenário e das atividades dos Parlamentares e de suas assessorias. O objetivo é saber a quantidade de gases de efeito estufa emitidos pela Assembléia Legislativa e seu posterior seqüestro.

Solicitando, também, que a SANEPAR promova estudos para a redução de emissão desses gases responsáveis pelo aquecimento global.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA, ROSANE FERREIRA, CLEITON KIELSE, ELTON WELTER, LUIZ FERNANDES LITRO, OSMAR BERTOLDI e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUER ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, informar se existem contratos firmados entre a Secretaria de Educação e a PAVIBRAS, especificando os respectivos objetos, valores, o andamento das obras, e se houve a formalização de aditivos contratuais e para quais fins. Juntar cópia dos contratos e respectivos.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(aa) RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI, RIBAS CARLI FILHO, AUGUSTINHO ZUCCHI, RENI PEREIRA, DURVAL AMARAL e PLAUTO MIRÓ.

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar, informar se foi suspensa a alimentação que era fornecida aos cadetes que estão cursando, em regime de internato, o 1º ano do curso de Formação de Oficiais na Academia da Polícia Militar do Guatupê.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ, AUGUSTINHO ZUCCHI e DUÍLIO GENARI.

REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM aos Srs. Governador de Estado, Roberto Requião e ao Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, Rafael Greca de Macedo, informar:

1) Foi procedida a licitação para a locação de 100 (cem) veículos, por parte daquela companhia?

2) Em caso afirmativo, quando foi publicado o respectivo edital? Qual a empresa vencedora? Qual a especificação técnica dos veículos, além da marca, modelo e ano? Qual o valor unitário e total da locação dos veículos? Juntar cópia do respectivo edital.

3) Em caso negativo, os veículos foram locados em caráter emergencial? Esclarecer qual ou quais circunstâncias justificaram a locação em caráter excepcional. O contrato já foi assinado? Juntar a respectiva cópia.

4) Foi providenciado seguro para os veículos? Qual a seguradora? Quem é responsável pela sua contratação? A quem compete o pagamento do prêmio?

5) A empresa dispunha de frota de veículos anteriormente? Quantos? Locados ou de sua propriedade? Qual o destino dado aos mesmos?

6) Quantos projetos habitacionais da COHAPAR estão em andamento no estado e em quais municípios?

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(aa) RUI HARA, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, MARCELO RANGEL e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica denominada de Luiz Carlos Molinari, a sala da diretoria do Departamento de pessoal desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O nosso saudoso colega Luiz Carlos Molinari iniciou como funcionário desta Casa, assumindo o Departamento de Pessoal, aposentando-se no referido cargo, porém continuou no desempenho da mesma função até o dia do seu falecimento, em 14 de dezembro de 2005.

É para nós um dia de muita tristeza, quando redigimos este projeto de resolução para homenagearmos *pós-mortem*, aquele saudoso colega da estirpe de Luiz Carlos Molinari, entretanto, é grande a satisfação que sentimos em podermos homenagear tão ilustre figura de saudosa memória.

A decidida vocação daquele zeloso funcionário em prol da causa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, teve sempre um efeito seguro, a cuja orientação sempre nos curvamos, na certeza de trilhar o caminho certo.

Funcionário no bom sentido, reconhecemos em Luiz Carlos Molinari que sua luta sempre foi inspirada pelo desejo de bem servir.

A Diretoria de Pessoal, como arte de dirigir os colegas, é sem dúvida a mais difícil das artes. Exige ela do Chefe qualidades incomuns de descortínio, coragem, abnegação e caráter.

Compreendemos perfeitamente a soma de sacrifícios que sempre representou ao nosso saudoso Luiz Carlos Molinari, porém, sempre com sorriso aberto a todos.

Seu corpo baixar a sepultura ao chamado por Deus, mas seu espírito paira mais vivo do que nunca sobre o imenso trabalho que empreendeu aqui na Assembléia Legislativa.

Esperamos de nossos colegas a aprovação deste projeto de resolução, por unanimidade, pois nada mais é

do que homenagearmos nosso saudoso e digno funcionário deste Poder Legislativo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social - PR, a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às empresas e demais entidades com sede no estado do Paraná que apresentarem o seu balanço social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o seu balanço social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do balanço.

Art. 2º Para os fins desta lei considera-se balanço social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º O balanço social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º Os dados financeiros constantes do balanço social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem o balanço social, nos termos desta resolução, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Social - PR.

Parágrafo Único. O Certificado Responsabilidade Social - PR, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque PR.

Parágrafo Único. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I - impostos, taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta - valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV - alimentação - restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação - treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluíntes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;

XIII - políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta resolução, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada, para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque - PR.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente resolução serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios,

a conta do orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O envolvimento da sociedade é fundamental para alcançarmos estágios mais avançados de desenvolvimento.

Assumir responsabilidade e não atribuí-las somente aos outros é fundamental para a mudança cultural do nosso povo. Todos nós somos responsáveis pela situação que vivemos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 392/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Governo do Estado o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado que, na condição de colaboradores ou concessionários do serviço público, atuem na implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do Paraná e ao bem-estar dos paranaenses.

Parágrafo Único. O Programa PPP observará as seguintes diretrizes:

1) eficiência no cumprimento das finalidades do programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentação econômica de cada empreendimento;

2) respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução;

3) indisponibilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do estado;

4) universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

5) transparência dos procedimentos e decisões;

6) responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

7) responsabilidade social;

8) responsabilidade ambiental.

Art. 2º O PPP será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infra-estrutura, estabelecimentos ou empreendimentos públicos em desenvolvimento ou a serem desenvolvidos.

Parágrafo Único. A execução dos projetos de parcerias público-privada deverá ser acompanhada permanentemente para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos.

Art. 3º Fica criado o Conselho Gestor do PPP, vinculado ao Gabinete do Governador, integrado pelos seguintes membros:

- I - Secretário-Chefe da Casa Civil;
- II - Secretário de Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL;
- III - Secretário de Fazenda;
- IV - Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- V - Procurador-Geral do Estado;
- VI - Até 3 (três) membros de livre escolha do Governador do Estado.

§ 1º Caberá ao Governador indicar, dentre os membros do Conselho, o Presidente e quem, na sua ausência ou impedimento, deverá substituí-lo.

§ 2º Poderão substituir os membros a que se referem os incisos I a V deste artigo, representantes que venham a ser por eles indicados.

§ 3º Participarão das reuniões do Conselho, com direito a voz, os demais titulares de Secretarias de Estado que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto desta e o respectivo campo funcional.

§ 4º O Conselho deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor:

- 1) aprovar projetos de Parceria Público-Privadas, observando as condições estabelecidas no artigo 4º;
- 2) recomendar ao Governador do Estado a inclusão no PPP de projeto aprovado na forma do item 1;
- 3) fiscalizar a execução das Parcerias Público-Privada;
- 4) opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de Parceria Público-Privada;
- 5) fixar diretrizes para a atuação dos representantes do estado nos órgão de administração da Companhia Paranaense de Parcerias (CPP);
- 6) fazer publicar no Diário Oficial do Paraná as atas de suas reuniões.

§ 6º Ao membro do Conselho é vedado:

- 1) exercer o direito de voz e voto em qualquer ato ou matéria objeto do PPP em que tiver interesse pessoal conflitante, cumprindo-lhe cientificar os demais membros do Conselho de seu impedimento e fazer constar em ata a natureza e extensão do conflito de seu interesse;
- 2) valer-se de informação sobre processo de parceria ainda não divulgado para obter vantagem, para si ou para terceiros.

§ 7º A participação no Conselho não será remunerada, considerando tratar-se de serviço público relevante.

§ 8º Caberá à Secretaria de Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL, através de unidade específica, executar as atividades operacionais e de coordenação de Parcerias Público-Privadas, assessorar o Conselho Gestor do PPP e divulgar os conceitos e metodologias próprios dos contratos de parceria, apoiada por equipe técnica de seu corpo funcional.

§ 9º O Conselho Gestor remeterá para a Assembléia Legislativa, semestralmente, relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de Parceria Público-Privadas.

§ 10. O Presidente do Conselho Gestor e os Secretários de Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL e da Fazenda comparecerão, semestralmente, à Assembléia Legislativa, para, em reunião conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça e de Indústria, Comércio e Turismo, prestar esclarecimentos sobre as atividades do órgão e apresentar os resultados de parcerias auferidos no semestre.

Art. 4º São condições para a inclusão de projetos no PPP:

I - efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;

II - estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

III - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;

V - a necessidade, a importância e o valor do serviço ou da obra em relação ao objeto a ser executado.

Parágrafo Único. A aprovação do projeto fica condicionada ainda ao seguinte:

- 1) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- 2) demonstração da origem dos recursos para seu custeio;
- 3) comprovação de compatibilidade com a lei orçamentária anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.

Art. 5º Parcerias Público-Privadas são mecanismos de colaboração entre o estado e agentes do setor privado, remunerados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados, podendo ter por objeto:

I - a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infra-estrutura pública;

II - a prestação de serviço público;

III - a exploração de bem público;

IV - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do estado, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o estado.

§ 1º Não serão objeto de Parcerias Público-Privadas a mera terceirização de mão-de-obra e as prestações singelas ou isoladas.

§ 2º Os contratos de Parceria Público-Privada deverão prever que, no caso de seu objeto reportar-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços deverão ficar submetidas àquelas determinadas pela agência reguladora correspondente.

Art. 6º Poderão figurar como contratantes nas Parcerias Público-Privadas os entes estatais a quem a lei, o regulamento ou o estatuto confirmam a titularidade dos bens ou serviços objeto da contratação, incluindo autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo estado, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 7º As Parcerias Público-Privadas determinam para os agentes do setor privado:

I - a assunção de obrigações de resultado definidas pelo poder público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no instrumento;

II - a submissão a controle estatal permanente dos resultados;

III - o dever de submeter-se à fiscalização do poder público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;

IV - a incumbência de promover as desapropriações decretadas pelo poder público, quando prevista no contrato.

Art. 8º Os contratos de Parceria Público-Privada, reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na lei federal correspondente, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos e deverão estabelecer:

I - as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

II - a remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, o prazo necessário à amortização dos investimentos;

III - cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, prevejam:

a) a obrigação do contratado de obter recursos financeiros necessários à execução do objeto e de sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão e sua responsabilidade;

b) possibilidade de término do contrato não só pelo tempo decorrido ou pelo prazo estabelecido, mas também pelo montante financeiro retornado ao contratado em função do investimento realizado;

IV - identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização.

§ 1º Compete ao poder público declarar de utilidade pública os bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, bem como à implementação de projetos associados, podendo promover as requisições e as desapropriações diretamente ou mediante outorga de poderes ao contratado.

§ 2º Não serão objeto de repactuação as parcerias estabelecidas anteriormente a esta lei.

Art. 9º A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas:

I - tarifas cobradas dos usuários;

II - pagamento com recursos orçamentários;

III - cessão de créditos do estado, excetuados os relativos a impostos, e das entidades da administração estadual;

IV - cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;

V - transferência de bens móveis e imóveis;

VI - títulos de dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável; e

VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados.

Art. 10. Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do contratante, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

Art. 11. Os instrumentos de Parceria Público-Privada poderão prever mecanismos amigáveis de solução das divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único. Na hipótese de arbitramento, os árbitros deverão ser escolhidos dentre os vinculados a instituições especializadas na matéria e de reconhecida idoneidade.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a constituir pessoa jurídica, sob a forma de sociedade por ações,

denominada Companhia Paranaense de Parcerias - CPP, para o fim específico de:

I - colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas;

II - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a administração estadual, mediante pagamento de adequada contrapartida financeira;

III - gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo estado ou por entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título.

Art. 13. A CPP terá sede e foro no município de Curitiba.

Art. 14. A CPP operará mediante o regime de capital social autorizado, que será composto por ações ordinárias ou preferenciais nominativas, sem valor nominal, podendo o estado integralizá-lo em dinheiro, ou em bens e direitos avaliados na forma da legislação pertinente.

§ 1º Poderão participar do capital da CPP outras entidades da administração estadual, desde que o estado mantenha, no mínimo, a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto.

§ 2º Fica o Poder Executivo autoriza a subscrever e integralizar o capital da CPP com bens e direitos dos órgãos estaduais:

1) imóveis a serem relacionados em decreto específico;

2) ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do estado e de suas autarquias, no capital de sociedades anônimas, que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;

3) títulos da dívida pública, emitidos na forma da legislação aplicável;

4) outros bens e direitos de titularidade direta ou indireta do estado, inclusive recursos federais cuja transferência independa de autorização legislativa específica.

§ 3º Para a subscrição e integralização de outros imóveis ao capital da CPP será necessária a prévia autorização legislativa.

Art. 15. Para a consecução de seus objetivos, a CPP poderá:

I - celebrar, de forma isolada ou em conjunto com a administração direta e indireta do estado, os contratos que tenham por objeto:

a) a elaboração dos estudos técnicos a que se refere o artigo 4º;

b) a instituição de Parcerias Público-Privadas;

c) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens, vinculados a projetos de PPP.

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;

III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;

IV - contratar com a administração direta e indireta do estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seus patrimônio;

VIII - participar do capital de outras empresas controladas por ente público ou privado.

§ 1º O negócio poderá ficar condicionado à constituição de sociedade de propósito específico, coincidente com o objeto do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária do contratado pelo cumprimento integral das obrigações que a essa sociedade couberem.

§ 2º É facultativo a CPP constituir Fundo Fiduciário, cujo agente terá poderes para administrar recursos financeiros, por meio de conta vinculada ou, para promover a alienação de bens gravados, segundo condições previamente acordadas, aplicando tais recursos no pagamento de obrigações contratadas ou garantidas a que se refere o *caput* deste artigo, diretamente ao beneficiário da garantia ou a favor de quem financiar o projeto de parceria.

Art. 16. A CPP não poderá receber do estado transferência voluntárias de recursos para o custeio de despesas operacionais.

Art. 17. A CPP não disporá de quadro próprio de pessoal, podendo, para a consecução de seus objetivos, celebrar convênios com órgãos e entidades da administração estadual e contratar, observada a legislação pertinente, serviços e especializados de terceiros.

Art. 18. A sociedade será administrada por uma diretoria, composta de até 3 (três) membros, e por um Conselho de Administração, composto de até 5 (cinco) membros, e terá, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

§ 1º Os membros da diretoria e do Conselho de Administração serão indicados pelo Governador do Estado.

§ 2º Além dos poderes previstos na legislação societária, e sem prejuízo da observância das políticas e diretrizes definidas por outros órgãos da administração estadual com competência específica sobre a matéria, o Conselho de Administração deverá aprovar previamente

os termos e condições de cada uma das operações a que se refere o artigo 15.

Art. 19. O estado fica autorizado a alienar imóveis relacionados em decreto específico, inclusive para destiná-los à integralização do capital social da CPP, bem como utilizar o produto de sua alienação para essa finalidade.

Art. 20. Os projetos de Parceria Público-Privada serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, nos quais serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

Art. 21. Os órgãos e entidades do estado envolvidos no processo de licenciamento ambiental deverão priorizar a tramitação da documentação pertinente a projetos incluídos no Programa de Parceria Público-Privada.

Art. 22. Para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos especiais até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à cobertura das despesas necessárias à constituição e instalação da CPP;

II - proceder à incorporação da CPP no orçamento do estado; e

III - promover a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite necessário para a integralização das parcelas do capital social da CPP.

Parágrafo Único. Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo serão cobertos na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem intuito de regulamentar no estado do Paraná as Parcerias Público-Privadas (PPP), visando fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado que, na condição de colaboradores ou concessionários do serviço público, atuem na implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do Paraná e ao bem-estar dos paranaenses.

O PPP terá como diretrizes a eficiência no cumprimento das finalidades do programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentação

econômica de cada empreendimento; respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução; indisponibilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do estado; universalização do acesso a bens e serviços essenciais; transparência dos procedimentos e decisões; responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos; responsabilidade social; e responsabilidade ambiental.

Com efeito, trata-se de necessidade dos novos tempos, que objetiva proporcionar adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infra-estrutura, estabelecimentos ou empreendimentos públicos em desenvolvimento ou a serem desenvolvidos.

Faz-se necessário que a execução dos projetos de Parcerias Público-Privadas seja acompanhada permanentemente para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos.

Em suma, é esta a intenção do Programa PPP.

PROJETO DE LEI Nº 393/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Saúde, autorizado a efetuar o pagamento de funeral de doador de órgãos.

Parágrafo Único. O custo do funeral será o equivalente a 3 salários-mínimos vigentes no país.

Art. 2º Será beneficiária desta lei, a família do doador cuja renda total seja igual ou inferior a 6 salários-mínimos vigentes no país.

§ 1º Para beneficiar-se do estatuído pela presente lei, o doador deverá firmar documento junto ao Cartório de Registro Civil, em livro próprio, autorizando o ato.

§ 2º Em caso de impedimento físico-motor ou mental por parte do doador, a autorização será feita em juízo, por tutor do mesmo.

Art. 3º Os recursos para o cumprimento desta lei constarão do Orçamento Geral do Estado, a ser elaborado no presente exercício legislativo.

Art. 4º Esta lei será regulamentada por ato do Poder Executivo e entrará em vigor a partir do ano 2008.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente lei objetiva incentivar a doação de órgãos através da justa compensação financeira. Ano passado, segundo reportagem de Patrícia Kunzel, na página 3 (três) do caderno Paraná do Jornal Gazeta do Povo, morreram 59 mil 385 pessoas em nosso estado e, se deste

total menos de 10% (dez por cento) tivessem doado algum órgão: córnea, coração, fígado, pulmão e rim, estaria zerada a fila de espera de transplante.

A jornalista do GP aponta dados fornecidos pela Central Estadual de Transplantes dando conta que: *o Paraná tem 1.218 pacientes esperando por um transplante de córnea que poderiam ter sido atendidas no ano passado se uma pequena parcela - 2% (dois por cento) das famílias de pessoas que morreram no Estado, tivessem optado pela doação de tecido.*

Para o Governo do Estado, as despesas com cumprimento da presente lei, serão compensados com a eliminação de internamentos hospitalares, transportes de pacientes, diminuição dos gastos com fornecimento de medicamentos de uso contínuo e os benefícios decorrentes do retorno à atividade produtiva de enorme número de transplantados.

PROJETO DE LEI Nº 394/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias urbanas com grande movimento de veículos, realizadas com participação financeira do Governo Estadual, deverão incluir necessariamente calçamento para pedestres e ciclovia pavimentada.

§ 1º Entende-se por vias urbanas com grande movimentação de veículos, aquelas que fazem parte do itinerário de transporte coletivo de passageiros.

§ 2º A participação financeira do Governo Estadual inclui parcerias, transferência voluntária ou participação em financiamento.

Art. 2º As exigências previstas no *caput* do artigo 1º, não valerão para obras iniciadas ou projetos já concluídos, quando a lei entrar em vigor, nos quais não seja mais possível incluir tais exigências.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.
(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

As cidades constituem-se no palco das contradições econômicas, sociais e políticas e o sistema viário é um espaço em permanente disputa entre diferentes atores, que se apresentam como pedestres, ciclistas, condutores de automóveis, caminhões, ônibus e motos.

Alguns dos problemas do complexo viário é o excesso de retornos, a falta de calçamento em ambos os trechos, dificultando a caminhada dos pedestres e forçando-os a transitarem pelo asfalto.

Ampliar a visão predominantemente dos problemas de circulação, de modo a incorporar dimensões econômicas e sociais normalmente não consideradas, é um grande

desafio. Trata-se de reconhecer a existência de uma crise de mobilidade que engloba as questões de transporte público e trânsito, exigindo soluções que superem sua análise fragmentada. Nesse sentido, necessário o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. A matéria tratada neste projeto tem como foco o deslocamento das pessoas e não dos veículos.

Ao se analisar a realidade das cidades, verifica-se em muitas delas o uso crescente da bicicleta como meio de transporte para o trabalho e estudo, além das atividades de lazer, necessitando, assim, de tratamento adequado ao papel que desempenha nos deslocamentos urbanos de milhares de pessoas. A inclusão da bicicleta nos deslocamentos urbanos deve ser abordada como elemento para a implantação do conceito de Mobilidade Urbana Sustentável e como forma de redução do custo da mobilidade das pessoas. Sua integração aos modos coletivos de transporte é possível, principalmente com iniciativas como a prevista no presente projeto de lei.

A inserção da bicicleta nos atuais sistemas de transporte é possível, mas ela deve ser considerada como elemento integrante do novo desenho urbano necessário para dar suporte à Mobilidade Urbana Sustentável, incorporando-se a construção de ciclovias, principalmente nas áreas de expansão urbana. Torna-se necessária, também, a ampliação da abordagem para incluir a construção de calçamentos para pedestres.

Dentre os objetivos deste projeto de lei, está a promoção da segurança do transporte por bicicletas e dos pedestres, nos deslocamentos urbanos, promovendo a integração ao sistema de transporte coletivo, além de estimular os meios não motorizados de transportes.

A intenção do projeto de lei em tela é não apenas diminuir os acidentes envolvendo pedestres e ciclistas, mas também estimular o ciclismo, a atividade física, a interação social, melhorar a circulação de veículos (preservando sempre o pedestre), valorizar as ruas e avenidas e, conseqüentemente, os imóveis.

PROJETO DE LEI Nº 395/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação Filantrópica Verde, com sede e foro em Sapopema, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.07.
(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação Filantrópica Verde, com sede na cidade de Sapopema - Paraná.

A entidade foi fundada em 21 de dezembro de 2000, e presta assistência educacional a filhos de pequenos proprietários e a trabalhadores rurais da região, a maioria carente. Desde o ano de 2000 a entidade atende 5 municípios da região, e suas atividades educacionais são desenvolvidas de maneira em que os jovens tenham teoria e prática no trabalho da propriedade, e possam adquirir sustentabilidade, melhorando assim a renda e vida familiar no campo.

PROJETO DE LEI 396/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos.

Art. 2º O programa compreende:

I - a instituição da Força Voluntária destinada às ações de particulares em colaboração com o Poder Público;

II - incentivar servidores públicos, abrangendo os servidores estatutários, contratados e temporários, à realização de trabalho voluntário.

Art. 3º A Força Voluntária será formada por pessoas físicas interessadas em contribuir com serviços voluntários à consecução dos objetivos do Poder Público, em suas diversas áreas de atuação.

Art. 4º Poderão inscrever-se como voluntários pessoas que preencham os seguintes requisitos:

- I - ter mais de 18 (dezoito) anos;
- II - estar em dia com as obrigações eleitorais;
- III - ter concluído o ensino fundamental;
- IV - não ter antecedentes criminais.

Art. 5º O serviço voluntário consistirá na prestação de atividade não remunerada, por 2 (duas) horas, no mínimo, sem vínculo empregatício e isento de obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 6º O serviço voluntário será exercido mediante celebração de termo de adesão entre a entidade pública e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 7º As doações à Força Voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, serão feitas através de termo de doação específico, o qual conterà o objeto e a qualificação do doador.

Parágrafo Único. As doações em dinheiro serão direcionadas para:

I - aquisição de materiais necessários à realização do serviço voluntário;

II - uniformização, identificação e administração do pessoal voluntário;

III - confecção de material didático aos participantes da Força Voluntária, versando sobre:

- a) o estado e suas funções;
- b) atribuições específicas do órgão público em que o serviço voluntário é realizado;
- c) deveres e responsabilidades do agente público;
- d) direitos e deveres do voluntário.

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo determinará o órgão da administração direta responsável pela administração dos recursos e das pessoas que manterão a Força Voluntária.

Art. 9º Os voluntários serão conduzidos aos órgãos públicos de acordo com o interesse público e as especialidades de cada um, após treinamento promovido pela organização do serviço voluntário.

Art. 10. O poder público estimulará entre seus servidores a prática do voluntariado na comunidade.

§ 1º Cada órgão da administração direta organizará levantamento dos servidores interessados em realizar atividades voluntárias, os quais fornecerão seus currículos e indicarão as suas áreas de interesse, a disponibilidade de horário e locomoção e as atividades das quais gostariam de participar.

§ 2º O estado realizará convênios com organizações não governamentais, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, entidades filantrópicas, entidades de utilidade pública e outras que atendam aos dispostos no artigo 1º, visando o aproveitamento dos voluntários.

§ 3º Aplicam-se ao servidor voluntário as disposições contidas nos incisos I, III, e IV do artigo 5º desta lei.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O trabalho voluntário já faz parte da cultura brasileira e tem beneficiado milhares de pessoas que precisam de ajuda.

São muitas as entidades que prestam serviços de utilidade pública, agindo em áreas de atuação exclusiva do estado ou não, melhorando a qualidade de vida de pessoas carentes de recursos financeiros.

Como se sabe, essas entidades não se mantêm apenas com seus próprios meios, mas também por doações e auxílios do poder público, por exemplo. Mas há um elemento que é essencial à continuidade de suas atividades: o trabalho voluntário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, o Deputado Antonio Belinati, com a palavra.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Seja bem-vindo de volta à Casa, nosso Presidente.

Apenas para registrar na ata a visita do Vereador Valdecil, de Rolândia, grande legislador que honra a Casa com a sua visita.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo, Vereador.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

O primeiro orador inscrito no horário do PMDB, com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da imprensa e amigos visitantes.

Na última semana estivemos em Porto Alegre, numa comitiva de 6 Deputados, 6 Parlamentares representando a nossa Assembleia Legislativa junto a Conferência da UNALE.

Lá dentro, o tema principal abordado foi a questão da reforma política que muito vem sendo discutida e que na prática até agora os efeitos não surgiram, não aconteceram. Muitas informações importantes nos foram lá colocadas, em especial a de que, na prática, a reforma estaria sendo iniciada, ainda esta semana, informação esta que teria sido passada pelo Presidente Arlindo Chinaglia. Uma conferência bastante salutar, bastante produtiva e que, certamente, fez com que nós que lá pudemos estar aprendêssemos um pouco mais sobre esse assunto bastante polêmico, controverso e importante para o nosso país.

Lá, também, aconteceu a eleição da nova diretoria da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, onde a Assembleia Legislativa do Paraná ficou representada por 5 Deputados, dentro da estrutura da diretoria da UNALE, fazendo com que, efetivamente, a nossa participação seja efetiva em todas as decisões da nossa entidade, onde possamos sugerir, onde possamos ajudar a fazer com que as coisas aconteçam, não só no sentido daquilo que diz diretamente interesse ao Parlamentar,

mas em especial ao fortalecimento da nossa instituição, uma vez que esta, sim, pode nos representar naqueles assuntos que não são da nossa competência, como na própria reforma política.

Gostaria de destacar a participação da Deputada Cida Borghetti, a Deputada Rosane, o Deputado Francisco Bühner, o Deputado Reni Pereira, o Deputado Strapasson, e esse que voz fala. Era essa a comitiva que participou naquela conferência.

Aqui, Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade que dentro da nossa participação da conferência, tivemos algumas palestras realizadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, situada em Porto Alegre.

Lá, assim como no estado do Paraná, também é proibido fumar em órgãos públicos. Trago aqui uma sugestão ao Sr. Presidente, à nossa Casa, para que possamos respeitar aqueles que têm a escolha do consumo do tabaco, e aqueles que também não a têm. Lá foi instituído o fumódromo. O fumódromo é um equipamento de aproximadamente 3m2, onde existe já um exaustor colocado. Uma espécie de exaustor, onde a fumaça do cigarro automaticamente é sugada e absorvida por esse equipamento.

Evidentemente que sabemos do projeto desta Mesa, no sentido de aproveitar melhor o espaço que temos aqui atrás do plenário, no sentido de darmos uma condição para novos serviços que serão realizados ali. Gostaria de aproveitar e sugerir a esta Mesa, ao Sr. Presidente, que coloquemos também aqui na nossa Assembleia um aparelho semelhante a esse que lá existe, o fumódromo. Assim, estaremos dando condições àqueles que tem essa opção de cultivar o seu vício - se assim podemos colocar - e àqueles que não fumam, ou não se sentem bem com os efeitos do cigarro, possam ser preservados, possam ser respeitados.

Aqui fica a nossa sugestão, Sr. Presidente, e estaremos encaminhando inclusive a fotografia e os contatos que fizemos lá nesse sentido. E outras sugestões estaremos encaminhando por escrito a essa presidência, conforme já havíamos conversado e combinado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PAC tem dado seus resultados já em todo país e não é diferente aqui no estado, seja na área da habitação, seja na área da infra-estrutura, seja na área de saneamento. Para nós é muito gratificante que, pelos últimos 20 anos, agora tem, de fato, no país, um plano de aceleração do crescimento onde estão projetados mais de 504

bilhões de investimentos nos próximos 4 anos no setor público, no setor privado, nas parcerias. Isso tudo mobiliza as lideranças regionais, faz com que se crie outras expectativas em função desse crescimento que está vindo. Há uma expectativa grande da sociedade, os resultados já são positivos na área do emprego, o empresariado de um modo geral acreditando também nesse programa de aceleração do crescimento.

Na semana passada tivemos uma reunião grandiosa no oeste do Paraná, na cidade de Guaíra. Lá estive o Deputado Elio Rusch, outras lideranças, além de quase a maioria dos Prefeitos do oeste do Paraná, juntamente com o Diretor-Presidente da FERROESTE, o Samuel, onde tratamos de uma carta de Guaíra, no sentido de trabalharmos para que os trilhos de trem que vão até Cascavel vão também até Guaíra. A expectativa que se gerou é porque no PAC está prevista a solução de um gargalo que existe na ferrovia na cidade de Guarapuava. Os vagões que chegam ali, a título de exemplo, se chegam 20 vagões em Guarapuava precisa diminuir para pelo menos 1/3. Isto com certeza é um grande empecilho. E resolvendo esse problema haverá um aumento na logística do transporte dos trilhos de trem.

Portanto, é fundamental que haja uma mobilização do Paraná, para que os trilhos de trem, além de irem até Guaíra, também se estendam até Foz do Iguaçu que também está no projeto, Guaíra até Dourados, por sinal. Esse projeto existia no passado e agora se vê com clareza que existe possibilidade real disso acontecer, porque vai ser solucionado, já há previsão orçamentária. E esse projeto vai ser executado tirando o gargalo da região de Guarapuava, onde ali há um estrangulamento no transporte rodoviário, porque os vagões, além de serem poucos, têm que respeitar um limite de velocidade. Isso faz com que não haja possibilidade de transporte em grandes volumes pela ferrovia. E com isso se criou uma vontade muito grande, principalmente por parte do setor produtivo, das cooperativas, do setor privado ligado as agroindústrias para que essa logística de transporte se consolide aqui no Paraná.

Tenho certeza que o Governador Requião está empenhado nesse assunto.

Precisamos fazer com que os trilhos do trem apitem para o extremo-oeste do Paraná, diga-se de passagem, especificamente, num primeiro momento, para Guaíra; num segundo momento, para Foz do Iguaçu.

No PAC está prevista para Foz do Iguaçu a segunda ponte para o Paraguai. Isso é muito importante na questão da integração com aquele país.

Então, eu como líder da bancada do partido, sei da importância estratégica que tem criar condições e soluções na área de logística de transporte ferroviário. Na questão rodoviária, também, estão tendo soluções via programa de aceleração do crescimento, além dos investimentos que serão feitos no Afonso Pena e na região de Foz do Iguaçu, com a segunda ponte para o Paraguai.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulta à Liderança do PP.

(**Declina**)

Consulta ao Bloco PSB/PL/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, abri os jornais e vi uma notinha em relação à nossa colega Deputada Cida Borghetti, que reclamou de ter sido colocada, não na coluna de Deputados da Oposição, mas na coluna de Deputados que, eventualmente, votam com o Governo. Eu até falei pessoalmente com a Deputada Cida Borghetti, agora há pouco, de que não me senti nem um pouquinho constrangido de ter sido colocado naqueles que, eventualmente, votam com o Governo. Da mesma maneira que todos os Deputados da Oposição, também, eventualmente, votam com o Governo, porque o Governo ficará. O Governador Requião não tem mais outro mandato e sairá. Agora, com o Governador Requião, salvo raríssimas exceções, eu até voto também quando for de interesse da população do Paraná.

Faço isso não como um desabafo, mas para dizer que, muitas vezes, aqui nesta Casa, atuei como técnico, de maneira imparcial, defendi o Governo, inclusive hoje tem na Ordem do Dia um projeto de minha autoria que se houvesse boa vontade por parte do burocrata que hoje está no comando da Receita Estadual, inclusive responsabilidade com a coisa pública, deveria ter tomado a iniciativa anteriormente.

Esse projeto visa resguardar os interesses do Estado do Paraná porque a lei orgânica, que é a Lei Complementar n° 092/02, que dá competência aos auditores do estado do Paraná em lançar tributos, em homologarem tributos, está *sub judice* e está prestes a ser julgada inconstitucional. A partir do momento que ela for julgada inconstitucional, o efeito é *ex tunc*, ou seja, como diz o nosso professor Romanelli que tem ajudado na parte jurídica até a CCJ, vai retroagir lá atrás e essa lei nunca vai ter efeito no mundo jurídico. Significa dizer que quem pagou tributos, que declarou desde 2002 para cá, poderá entrar contra o estado e pedir dinheiro de volta.

Quem teve a sua empresa autuada pela Receita vai poder cancelar todos os autos de infração, porque a autoridade que é concedida aos auditores não existia por lei porque a lei foi declarada inconstitucional. Nós fizemos isso através de um projeto que está na Ordem do Dia de hoje. O Deputado Caíto Quintana foi o relator. Deputado Romanelli pediu urgência na votação, como Líder do Governo entendeu a questão, porém, o Sr. Diretor da Receita, Luiz Carlos Vieira, “sentou” em cima do projeto e não tem nada a oferecer, como se não tivesse responsa-

bilidade com as coisas que ele administra no Governo do Estado.

Até aí tudo bem, mas desde fevereiro aprovamos uma lei, nesta Casa, que estendeu o mesmo benefício que existia e esse benefício foi dado através de uma mensagem do Governo dando o benefício da redução de 3% para todas as importações, tanto para indústria quanto para as empresas comerciais que fizessem pelos portos de Antonina e Paranaguá, e assim têm feito. Quando o Governo mandou essa mensagem, eu fui o relator porque, naquele momento, o estado do Paraná estava preocupado com o alto índice de migração de empresários paranaenses para Santa Catarina, porque lá em Santa Catarina a carga tributária das importações era 3%, enquanto aqui no Paraná era 12%. E o Governo trouxe este mecanismo, justificando inclusive que era pela guerra fiscal, para os portos de Antonina e Paranaguá. Isto no final de 2005, a lei entrou em vigor no início de 2006.

O mecanismo não foi eficiente. As empresas continuaram importando por Santa Catarina, inclusive o acesso rodoviário, por Barracão, de Luiz Cerqueira, que são cidades limítrofes. E na nossa convocação, no mês de janeiro, a convocação extraordinária, inclusive muita gente achava que não tinha nada de importante, tinha um projeto que estendia o mesmo benefício para as entradas rodoviárias do estado do Paraná. Estrada rodoviária, basicamente, é Foz do Iguaçu, é por onde entra a via rodoviária, as importações, não só para o Paraná, mas para todos os Estado da Federação, que trazem mercadorias do Chile, da Argentina, e até mesmo do Paraguai.

Pois bem, esta lei foi aprovada, sancionada, no dia 12 de fevereiro foi publicada e a intransigência desse burocrata faz com que, não sei se a título de discriminação para com a região oeste, porque a ordem sai de Cascavel, ele tem dado uma interpretação.

Deputado Romanelli, V. Exa. que hoje falou na CCJ que quem age contra a lei está praticando ilegalidade, o Governo que o senhor lidera, aqui, um membro de 2º escalão, um burocrata, está agindo de forma legal, porque a Lei nº 15467, que nós aprovamos, estendeu o mesmo benefício. E este senhor, o Luiz Carlos Vieira, a título não sei se pessoal ou parcial, não sei se defendendo quem - porque o estado do Paraná não está defendendo e eu não estou aqui defendendo nenhum despachante específico. A lei é para todos os contribuintes paranaenses. Quem quiser importar, via rodoviária, pode ter este benefício, exceto pela vontade maior, maior até do que do próprio Secretário da Fazenda e do Diretor da CRE.

Então, o que eu queria deixar claro para os Deputados, tanto da Situação quanto da Oposição, que enquanto esta Casa tenta garantir e agir positivamente, dando a garantia da lei para o Governo atrair investimento, manter os atuais contribuintes, temos dentro do Governo alguém que interpreta a lei a seu bel-prazer, causando prejuízo ao estado do Paraná, afugentando empresários.

Imaginem o que significa 4 meses com uma diferença de 9%! Os empresários não estão mais no Paraná,

estão em Santa Catarina, em São Paulo, em Minas Gerais. Enquanto isso, ele fica mentindo para o Governador que estão aumentando. Pode ser que estejam aumentando, mas sabe-se lá por quais vias. Então, vamos manter os empregos.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

V. Exa. tem toda razão. A lei é boa para o Paraná. É bom inclusive para respaldar o Governo, só que a tecnocracia, a burocracia e a arrogância do Diretor, o Vieira, realmente, esbarram em tudo e nada é decidido. Então, acho que a Assembléia tem que tomar providências. O Governo e o Governador têm que saber disso. Ou ele atende a lei, ou o Governo troca.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Penso que o tema que V. Exa. trata é da mais alta relevância, porque o Paraná muitas vezes perdeu por conta da guerra fiscal. Esta lei é uma lei formulada por esta Casa, com sanção do Governador Requião. É um instrumento para enfrentar a guerra fiscal praticada pelo estado de Santa Catarina, especialmente. E as afirmações que V. Exa. faz são muito graves. Não pode a aduana de Foz do Iguaçu ser discriminada, produto que entra por Foz do Iguaçu ser discriminado, em detrimento do que está acontecendo, entrando por Paranaguá e também por Maringá.

Então, penso que temos instrumentos para poder enfrentar rapidamente este tema. Ou convidar o Diretor da CRE, via Comissão de Finanças, ou formularmos aqui um requerimento de pedido de informações para poder esclarecer esse tema de forma definitiva, inclusive sobre aquela questão que envolve o produto que é reconhecido para importação, e claro, para poder ser aplicada a legislação.

Então, quero dizer que V. Exa. tem razão de estar nesta tribuna, como bem disse o Deputado Dobrandino, legítimo, também representando o município de Foz do Iguaçu, que foi Prefeito daquela cidade.

E, ao mesmo tempo, V. Exa. terá aqui desta Liderança do Governo total apoio. Não se trata de solidariedade, na verdade é enfrentarmos um tema que é importante para o estado do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quero dizer que a questão é bem objetiva. Não é subjetiva como a interpretação do Diretor da CRE.

Se a Presidência me permite, vou ler o artigo que alteramos.

O artigo 1º da lei enviada pelo Governador, em 2005, dizia o seguinte:

O estabelecimento industrial paranaense que realizar a importação de bem ou mercadoria, através de aeroportos e dos portos de Paranaguá e Antonina, com desembarço aduaneiro no estado, poderá beneficiar-se com a suspensão do pagamento do ICMS.

E logo na seqüência, para ver como a lei é extensiva às empresas comerciais, diz no artigo 5º: *Os estabe-*

lecimentos comerciais e demais estabelecimentos de contribuintes do imposto deverão pagar o imposto devido na ocasião do desembaraço.

O artigo 6º diz o seguinte: *Os estabelecimentos relacionados no artigo anterior poderão utilizar o crédito presumido de 75%.*

Os estabelecimentos relacionados no artigo, são os estabelecimentos comerciais. É justamente nisso que a lei é clara e que o nosso Exmo. “Imperador” da Fazenda do Paraná, não quer aceitar, dizendo que aprovamos a lei aqui sancionada pelo Governador e que não tem validade para os estabelecimentos comerciais.

Quem está no prejuízo não tem validade para os estabelecimentos comerciais. Quem está no prejuízo não é Foz do Iguaçu, Deputado Romanelli, que o Deputado Dobrandino, eu e o Deputado Chico Noroeste representamos. É a economia do estado do Paraná, porque muitos importadores de Curitiba, Maringá, Londrina, já estão em outros estados buscando justamente o que a guerra fiscal propicia: pagar menos imposto, e o Paraná, acha que tem que preservar. Alguém está andando na contra-mão. Ou é o Diretor da Receita que não está dançando conforme a música do Governo, ou então é o Governo que fala uma coisa para imprensa e manda os seus burocratas travar do outro lado, dizendo que realmente o Paraná incentiva o emprego às empresas.

Alguém está mentindo. Quero crer que não é o Governo, até porque o Governo mandou uma mensagem para esta Casa pedindo uma lei para conceder esses benefícios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Agradeço a gentileza de V. Exa.

A imprensa traz hoje que os comerciantes de Londrina, Sr. Presidente, estão se preparando para contratar guardas armados, seguranças armados, porque o nível de falta de segurança em Londrina atingiu um nível insuportável que está obrigando os comerciantes a contratar guardas armados para proteger suas empresas.

Então, o apelo que faço é o Sr. Secretário da Segurança Pública colocar em prática urgentes medidas para devolver a segurança que a cidade de Londrina está reclamando. Já requeremos, inclusive, ao nobre Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança, uma audiência pública da Comissão de Segurança pública em Londrina, que leve o Secretário da Segurança, o Comandante da Polícia Militar, leve as autoridades desta área para resolver de vez o problema, porque a coisa está muito séria. Os comerciantes reclamam essa total falta de segurança em Londrina.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de registrar as ilustres presenças de autoridade neste Plenário, do Prefeito de Mercedes, o Wilson Schwantes, o Vereador Wilson e o Vereador Evandro, também de Mercedes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos os companheiros de Mercedes a Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Na mesma oportunidade fazer o registro, aqui, da presença do professor Ricardo, da Universidade Federal do Paraná e dos alunos de Ciências Sociais. O Sr. Ricardo é autor de diversos livros aqui no Paraná e tem sido um pesquisador da vida política do nosso estado.

Sejam bem-vindos. É um prazer tê-los, aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Com a palavra, no horário do bloco PPS/PMN, o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente e demais autoridades que já foram nominadas.

Quero falar sobre 2 assuntos. Primeiro, hoje, vi uma reportagem no jornal falando sobre a sua ida a Minas Gerais, uma reunião com os demais Presidentes das Assembléias, onde foram discutidos vários assuntos, dentre eles, o senhor cita a questão da TV Assembléia, para que as pessoas tenham acesso cada vez mais do que cada Deputado faz, com a transparência quase absoluta, além da parte de informatização, que V. Exa. tem colocado e tão bem falado, para facilitar a vida dos paranaenses. Quando quisermos levantar uma informação sobre uma lei, vai pela internet, se consegue e fica fácil para atender a população.

Parabéns a V. Exa.! Realmente estamos ávidos, para que esses projetos sejam encaminhados, rapidamente, aprovados e efetivados na nossa Casa. O painel também na verificação da votação. Percebi que o senhor foi lá e percebeu que precisamos avançar. V. Exa. está conduzindo isso muito bem.

O segundo assunto é triste, porque como eu falei aqui, para que tenhamos a TV Assembléia, para que o povo do Paraná saiba o que está acontecendo aqui, assim como a imprensa que está ali relatando o acontecido pelo

trabalho dos Deputados, ontem, votamos nesta Casa um voto de protesto ao Presidente Hugo Chávez, que fechou a RCTV naquele país. Nós nos manifestamos contrários àquela atitude, por ser uma atitude autoritária, por cercear a imprensa. Temos que fazer o contrário: dar liberdade de imprensa, para que as pessoas possam sempre divulgar os seus pensamentos e colocar cada vez mais transparência, para a opinião pública.

Deputados Traiano, Belinati, Carli e Elio Rusch, para minha surpresa, ontem, naquele horário que votávamos aqui na Assembléia Legislativa, um voto de protesto à Hugo Chávez, um filhote dele no Paraná fazendo a mesma coisa, em especial na cidade de Campo Mourão, lacrando e fechando a TV Carajás, que retransmite a imagem da TV Educativa, alegando falta de alvará. A tevê está lá faz mais de 10 anos prestando serviço de informações à comunidade daquela região, do trabalho do dia-a-dia.

A atitude de fechar uma tevê na Venezuela está criando maus exemplos no Paraná, como em Campo Mourão. É como se estivéssemos colocando, aqui, um tablado fechando e acabando com o espaço do pessoal da imprensa. Foi o que aconteceu com a TV Carajás em Campo Mourão.

Quero deixar muito claro o meu voto pessoal de repúdio a essa atitude, porque se não tinha o alvará, era só conversar. Além do trabalho da imprensa de divulgar etc, tem por trás daquilo mais de 100 funcionários, pessoas e famílias que vivem daquele trabalho. É uma atitude impensada e autoritária. Nós não podemos, em momento algum, aprovar esse tipo de atitude - tem que ser conversado, um diálogo. Quero conceder um aparte primeiramente ao Deputado Elton Welter, do PT, na sequência ao Deputado Ademar Traiano e na sequência ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Elton Welter (PT)

Recebi hoje uma denúncia e um pedido e não tenho as informações concretas e precisamos buscá-las com maior clareza. Mas, a informação que tenho é que aqui em Curitiba existe uma TV comunitária e parece-me que o Prefeito Beto Richa cortou vários programas que acontecem há pelo menos uns 10 anos, de entidades representativas da comunidade.

Então, parece-me que também é uma atitude ideológico-política, se formos assim interpretar, e amanhã vou buscar todos esses dados concretos. Chegou-me essa informação de forma superficial, mas ela é real, até porque a pessoa que me procurou é uma pessoa respeitadíssima nos meios sindicais e eles tinham um programa há vários anos e foi sustado esse programa em função de decisão política do Prefeito Beto Richa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Elton Welter, pode contar com o meu apoio. Temos que repudiar esse tipo de ação. Não pode-

mos oferecer nenhum tipo de censura a quem quer que seja, muito menos à imprensa.

Com um aparte o Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Douglas, há um velho ditado que diz o seguinte: se quer conhecer um homem, dê o poder a ele. E lamentavelmente, nós que convivemos aqui nesta Casa, neste Parlamento, com o atual Prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck, realmente não o conhecíamos por inteiro e fomos conhecê-lo há muito pouco tempo atrás, em função do seu comportamento, da sua forma de agir, de ser e de pensar. Lamentavelmente a decepção é muito grande e essa decisão arbitrária do Prefeito de Campo Mourão não nos surpreende, porque estamos acompanhando a sua administração e podemos testemunhar a forma como ele age e praticamente todo o seu grupo está desfeito exatamente pelo seu autoritarismo. É um homem que não tem postura política, pula de galho em galho, toma decisões à mercê de favorecimentos de ordens pessoais, de interesses que realmente não são aqueles do seu próprio município e não poderíamos esperar outra decisão a não ser essa.

Condenamos, como V. Exa. condenou na tarde de ontem a atitude do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, implantando naquele país uma verdadeira ditadura, cerceando o direito de manifestação da imprensa, que tem um papel preponderante no contexto econômico, cultural e social do país, da mesma forma como tem esse veículo de comunicação em Campo Mourão, que é a TV Carajás. Nós a conhecemos, conhecemos a sua direção, o conjunto das pessoas que trabalham nela e, portanto, V. Exa. está coberto de razão. Este aqui é o momento oportuno para protestarmos e com certeza sugiro a V. Exa., que é cidadão de Campo Mourão, que aqui encaminhe-mos no Plenário desta Casa um voto de repúdio pela manifestação do Prefeito de Campo Mourão em fechar esse veículo tão importante para a vida cultural e social do município de Campo Mourão.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Agradeço a V. Exa.! Só lamento os colegas que ontem votaram contra o meu requerimento, que era um voto de protesto à atitude do Hugo Chávez de fechar a televisão na Venezuela e ele está ameaçando até de fechar mais canais.

Mas, V. Exa. votou a favor do nosso requerimento e pergunto - lamentando o fechamento desse canal de TV de Campo Mourão, que se não estou equivocado é de uma rede que tem inclusive canal em Londrina - mas quem é esse filho adotivo do Hugo Chávez que está agindo em nome do ditador da Venezuela?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

É o Prefeito de Campo Mourão, Nelson Tureck, que está agindo arbitrariamente.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Deputado Douglas Fabrício, acho que qualquer atitude que você venha a tomar contra a liberdade de expressão da imprensa, tem que ser condenada para quem é democrático. Acho que no regime democrático não é possível que use-se a força ou o poder para tirar direitos de qualquer órgão de divulgação fazer qualquer divulgação. Vamos ver, Deputado Douglas, o que nós tivemos ontem aqui na Assembléia Legislativa: o Deputado Antonio Belinati apresentou um requerimento atribuindo ao Presidente da Venezuela, o Hugo Chávez, um voto de repúdio. O Líder do Governo pediu que fosse substituída a expressão repúdio, porque seria muito forte, até saiu uma frase dele hoje em um dos jornais aqui da capital dizendo: *Eu como democrata não posso aceitar a expressão “repúdio”*. Eu também entendo que “repúdio” seria muito forte, então “protesto”. Então, a Assembléia Legislativa aprovou um voto de protesto.

Eu vi alguns integrantes, o Líder do Governo e alguns Deputados da base do Governo, do PMDB, e dos outros partidos, fazerem a defesa contra aquele requerimento, mas, eu vi ontem à noite, Deputado Douglas Fabrício, na televisão, o ex-Presidente da República e Senador, o José Sarney. O José Sarney discursou ontem, que é do PMDB, que foi Presidente do Brasil, ele condenou a atitude do Hugo Chávez. E ontem se falou aqui no plenário que não podíamos discorrer sobre qualquer assunto diplomático que envolvesse outros países. Ora, se o Senado da República, Presidente Nelson Justus, através do ex-Presidente da República, ex-Presidente do Senado, atual Senador, José Sarney, discursou no Senado ontem condenando a atitude do Presidente venezuelano, o Hugo Chávez, de tirar do ar a tevê privada, então nós aqui da Assembléia Legislativa agimos correto. Acho até que fomos muito gentis com o Governo venezuelano dando apenas um voto de protesto, depois que eu vi o discurso do Senador, ex-Presidente da República, José Sarney.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Temos que combater exatamente essas atitudes que acontecem nos outros países, em qualquer país do universo, e principalmente no estado do Paraná.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, só para reiterar, não podemos aceitar isso em nenhum lugar do Brasil, muito menos no Paraná, e muito menos na cidade de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo; Liderança da Oposição.
(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 139/07, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, propondo à Secretaria dos Transportes para construir ciclovia em Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 140/07, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, propondo a criação da CIRETRAN de Jaguapitã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 141/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a reforma física e aquisição de equipamentos para o Colégio Estadual Joana d'Arc no município de Araruna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 142/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo a instalação de iluminação elétrica nas quadras poliesportivas, unidades novas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de Governo, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 037/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os bens públicos estaduais e municipais, móveis e imóveis, incluídos veículos, equipamentos urbanos, sinalização de logradouros, placas, painéis e cartazes sinalizadores ou informativos de obras públicas estaduais e municipais, serão identificados pelo brasão do estado, instituído pelo Decreto-Lei nº 2457, de 31 de março de 1947 ou brasão do município, conforme legislação específica de cada município.

Parágrafo Único. Ficam excluídos das determinações contidas no *caput* deste artigo os veículos de representação, assim definidos em decreto regulamentar.

Art. 2º É permitida a veiculação referida no artigo 1º desta lei em conjunto com identificação e mensagem de programa, projeto ou ação do Governo, como forma de orientar a população sobre as atividades desenvolvidas, estimulando sentimento de bem comum.

Art. 3º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Não está vedada publicidade que adote mensagens, símbolos ou imagens de promoção social, procurando orientar a comunidade, ou mesmo desenvolver o espírito de cidadania e civismo para o estado e para o município.

Art. 4º O disposto nesta lei aplica-se, também:

I - aos bens e equipamentos das autarquias, fundações, sociedades de economia mista estaduais e municipais, aos das concessionárias e permissionárias de serviço público estadual e municipal, permitida, neste caso, a

aplicação ou afixação de denominação, logotipo ou sigla da entidade respectiva;

II - aos formulários, tabelas, fichas metálicas, folhetos informativos, publicações ou outro qualquer tipo de material impresso, da administração direta e indireta.

Art. 5º As permissões de publicidade de bens públicos vedarão a propaganda de medicamentos, produtos tabagísticos, bebidas alcoólicas ou qualquer outro tipo de produto nocivo à saúde da população.

Art. 6º Após a entrada em vigor da presente lei, esta será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2011.

Sala das Comissões, em 28.05.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 284/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Santa Casa de Misericórdia Maria Santíssima, com sede e foro no município de São Pedro do Ivaí/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/07, de autoria do Deputado Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei nº 15467, de 09 de fevereiro de 2007 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que denomina Vitório Traiano, o contorno leste de Francisco Beltrão, entre as rodovias PR-566 e PR-483. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1476, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a votação por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 168/07.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1477, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a votação por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 169/07.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar veículos dispensados pela administração, que possuam mais de 20 anos de fabricação, a entidades antigomobilistas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que fica revogada total-

mente a Lei nº 15456, de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31 de janeiro de 2007 (resíduos sólidos). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar Nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera a redação dos artigos 8º e 156, da Lei Complementar Estadual nº 092, de 05 de julho de 2002 (Auditor Fiscal). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei Complementar).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 318/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise busca alterar a Lei Complementar nº 092/02, que dispõe sobre o cargo de auditor fiscal no estado do Paraná. Esta análise dispõe especificamente sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 318/07.

Legitimidade e Legalidade

Já houve parecer inicial aprovando o presente projeto, posto terem sido respeitadas a legalidade e a constitucionalidade.

Pois bem, as duas emendas que seguem respeitam tanto os requisitos de legalidade como de constitucionalidade. Isto porque apenas estão sendo adaptadas certas particularidades, que são imperiosas para perfeita consonância com o sistema legal. A competência ainda persiste legal, pois prossegue dispondo sobre o tema.

Na emenda modificativa vê-se que está sendo ajustada a lei que guarda relação com a matéria tratada. Ora, nada mais correto e lícito que fazer o alinhamento deste projeto, para que surta efeito exatamente consoante a temática seguida.

De outra banda, a emenda aditiva alinha-se com o sistema jurídico hodierno. Esta adição é requisito para que continuem garantidos os direitos dos servidores não realocados. Pode-se perceber, porquanto, que a situação visa a manter o direito de promoção dos servidores, princípio básico da organização administrativa moderna.

Ainda mais, estas emendas em nada alteram os aspectos econômicos ou financeiros da propositura, fato este que corrobora à aprovação das emendas.

Quanto à técnica legislativa, lei Complementar nº 095/98, apresentou-se em perfeita sintonia.

Conclusão

Portanto, em sede de parecer, somos pela aprovação das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 318/07

Com base no artigo 137, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, inserindo o parágrafo 1º ao artigo 1º do projeto, com a seguinte redação:

“§ 1º Serão preservados os direitos de promoção não contemplados no ato de realocação de que trata este artigo.”

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva é proposta para adequar o texto da Lei Complementar nº 092/02, especificamente do artigo 156, parágrafo 1º, com a nova terminologia a ser empregada, qual seja, no lugar do termo “transposição” utilizar o termo “realocação”, este introduzido pelo presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 318/07

Com base no artigo 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, modificando o artigo 1º do projeto, com a seguinte redação:

“Art. 156. Os atuais ocupantes do cargo de Agente Fiscal de que trata a Lei nº 7051/78, serão realocados na carreira de Auditor Fiscal, na classe correlata, conforme seguinte:”

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa é proposta para corrigir o número da lei a ser alterada pela presente proposição. Isto porque a lei que dispõe sobre a matéria a ser tratada é a Lei nº 7051/78 e não a Lei Complementar nº 092/90.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade

pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 331/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º do presente projeto ao dispor “revogadas as disposições em contrário” está em descompasso com a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois o artigo 9º da mencionada lei determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*.

Verifica-se também que não obstante o projeto de lei declarar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, tenha sede e foro no município de Nova Laranjeiras do Sul, o foro que efetivamente consta em seus registros é do município de Laranjeiras do Sul, conforme observa-se do registro de pessoas jurídicas (fls 17-verso)

Destarte, tendo em vista as desconformidades acima apontadas, opina-se pela adoção da emenda substitutiva geral em anexo a fim de que sejam sanados os vícios encontrados.

Conclusão

Assim, uma vez adotadas as retificações sugeridas pela emenda substitutiva geral em anexo, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 331/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras/PR.”

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1387, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimentos nºs 1389 e 1390, de autoria do Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constantes do expediente de Sessão anterior. **Não recebidos pela Mesa.**

Este requerimento foi, em data de ontem, apresentado e, pela presidência, enviado à Mesa Executiva. Este requerimento já havia sido rejeitado em data de 14 de março.

Por esta razão esta presidência deixa de acolher.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me desculpe mas eu gostaria que fosse feita a leitura do requerimento porque estou perdido no meio de tanto requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

São 3 requerimentos, Deputado Valdir Rossoni, que foram apresentados na data de ontem com o mesmo teor: um requerendo informações a SEOP, um a cópia do outro, em 28 de maio e o outro em 13 de março.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me permita colocar aqui o porquê que nós reapresentamos o requerimento: quando apresentamos este requerimento e foi rejeitado pela Casa, o Líder do Governo, uns dias depois, surpreendentemente, nos trouxe as informações. Eu digo: Opa, o Governo mudou de posição e agora vai prestar as informações. Recebi as informações, mas constatamos que as mesmas que foram trazidas pelo Líder do Governo não eram completas, e por esta razão estamos apresentando o requerimento novamente. Como houve um posicionamento diferente do Líder do Governo, achamos que ele está imbuído do propósito de prestar as informações, por esta razão é que nós apresentamos, novamente, o requerimento.

Eu entreguei em Plenário para o Líder do Governo, ele me entregou em Plenário, foi uma coisa praticamente oficial. E por que nós encaminhamos ao Tribunal de Contas? Aí eu encareço a autoridade de V. Exa. a um órgão auxiliar desta Casa. Nós encaminhamos um requerimento ao Tribunal de Contas porque o Tribunal de Contas pode

nos auxiliar nessa questão. Até o presente momento eu não recebi as informações do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas não pode ter tratamento diferenciado, porque o Deputado Rangel, com todo direito, pediu informações e o Tribunal de Contas, prontamente, informou ao Deputado Rangel, e este Parlamentar não vem recebendo a mesma atenção do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa.

Então eu encaminho, acato a decisão de V. Exa., mas encareço a V. Exa. no uso das suas atribuições como Presidente desta Casa que entre em contato - acredito que esta é a forma mais democrática e civilizada - entre em contato com o Presidente do Tribunal de Contas que, pelo menos em respeito a esta Casa de Leis, responda aos Parlamentares por que não está prestando as informações, porque se nós que somos legisladores deste estado nos submetemos à vontade de um Conselheiro do Tribunal de Contas que não quer prestar informações ao seu Poder maior, aí acredito que esta Casa está perdendo autoridade e perdendo oportunidade de marcar presença no exercício de sua função.

Por isso, encareço a V. Exa., que tem conduzido com tanta competência esta Casa - eu não fiz este contato pessoalmente, pode ser até minha atribuição - acredito que V. Exa., tem a autoridade legitimada pelos 54 votos desta Casa para exigir do Tribunal de Contas que preste as informações e auxilie os Parlamentares no exercício de suas funções.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero até, Deputado Rossoni, sugerir ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição que nos reunamos no gabinete da Presidência para fazermos um levantamento de todos os pedidos que estão em trâmite, seja nas Secretarias, seja no Tribunal de Contas.

Eu pediria até o acompanhamento da Mesa e das assessorias de V. Exas. para que tenhamos um levantamento completo de onde, como estão, a quantas estão, se estão dentro do prazo, se expirou o prazo, porque eu não sei, confesso a V. Exa. que não sei se este pedido foi enviado ao Tribunal de Contas.

O SR. LUIZ CLAUDIO (PMDB) (Pela Ordem)

Presidente, eu informo, se V. Exa. me permitir. Queria dizer que esse pedido foi rejeitado pela Casa, no dia 14 de março. E a cópia que foi ontem novamente apresentada na íntegra é do pedido rejeitado, matéria vencida, que não cabe mais deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa questão a presidência já decidiu.

O SR. LUIZ CLAUDIO (PMDB) (Pela Ordem)

Quero dizer a V. Exa. que levantei esse tema ontem, como de outros requerimentos que certamente V. Exa., na sequência, falará sobre eles.

Mas quero dizer ao Deputado Rossoni sobre esse tema que V. Exa. acabou de abordar para que não parem dúvidas. Esse requerimento para o Tribunal de Contas foi rejeitado pela Casa, então não está em moratória, aqui, o Tribunal de Contas para prestar essas informações, porque ele não recebeu essa solicitação da Casa. E quero dizer mais, Exa., temos, a Liderança do Governo tem dos pedidos de informações que são encaminhados via Liderança do Governo, absoluto controle, e mais, estamos cobrando as respostas.

Então, quero dizer que pelo menos, mesmo que na informalidade, tem funcionado bem o nosso trâmite para obter as informações que são solicitadas pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que de qualquer maneira não invalida um pequeno encontro entre as lideranças e a Mesa para que possamos nos situar e não cometer qualquer tipo de injustiça.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acredito que alguns minutos não farão mal a esta Casa. Sr. Presidente, não consigo e nem daria encaminhamento novamente ao assunto mas o que não consigo compreender e gostaria que os meus Pares me ajudassem, o Líder do Governo diz aqui que os requerimentos que foram encaminhados via Liderança do Governo estão sendo respondidos. Pelo que eu entendo, os requerimentos que são encaminhados à presidência desta Casa, à esta Casa, têm mais legitimidade.

Não vou me submeter - salvo meus Pares, Deputados de oposição, decidam ao contrário - não vamos nos submeter à vontade do Líder do Governo. Nós vamos nos submeter ao estatuto desta Casa e à Constituição deste Estado. Não vamos nos submeter ao prazer de prestar as informações ou não. Se não nos prestarem as informações vamos nos socorrer da Justiça. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os 3 requerimentos apresentados em data de ontem já foram rejeitados pelo Plenário, de forma que os 3 não voltam: 2 ao Secretário de Obras Públicas e 1 ao Presidente do Tribunal, Nestor Baptista. Portanto, esses 3 requerimentos estão rejeitados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Rossoni às vezes tem feito acusações duras em relação ao meu comportamento. Queria dizer ao Deputado Rossoni que ele não vai se submeter à minha vontade. O que eu tenho tentado, Sr. Presidente, é que temos procurado, via Liderança do Governo, com boa vontade, atender às solicitações de todos os Srs. Parlamentares, respeitando, claro, o princípio democrático. Mas faço isso da forma mais cordial, da forma mais abso-

lutamente despossuída de qualquer sentimento que não seja o de servir cada um dos companheiros que conosco integram esta Casa de Leis, neste sentimento para poder, de fato, agilizar a obtenção das informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 1388, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Queria solicitar à Liderança da Oposição que encaminhasse esse requerimento via Liderança do Governo, para que pudéssemos obter as respostas que são pretendidas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero até me desculpar com o Líder do Governo. Jamais tive a pretensão, no meu encaminhamento, de ofendê-lo. Mas, de contrariá-lo, sim.

Prefiro que o requerimento não seja aprovado e vá buscar os meios legais, do que ficar com a palavra do Líder, porque o Líder tem boa vontade. Sei que o Deputado Romanelli tem a melhor das intenções de atender e informar, mas infelizmente, o Governo não tem. Não posso me furtar.

Está em votação, Sr. Presidente, se depender da minha vontade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, em votação.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

O Deputado Romanelli, levantou uma questão de ordem. Também levantei uma questão de ordem sobre o requerimento, mas não foi dada a oportunidade de encaminhar o requerimento, até para justificar do porquê do requerimento, para mostrar que não estamos fazendo um requerimento, pelo requerimento. Estamos fazendo um requerimento para buscar informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida, Deputado Rossoni, encerramos a discussão na data de ontem, deste requerimento. Está com a discussão adiada. Então hoje, exclusivamente é a votação. É o que estou propondo.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Rejeitado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Justificar**)

Sr. Presidente, quero justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acredito que posso justificar os votos dos Srs. Parlamentares que votaram favorável ao requerimento.

Veja, não gostaria de irritar o Líder do Governo na minha fala, vou procurar ser o mais simpático possível, mais agradável na minha fala.

Esses Parlamentares, estamos apenas pedindo ao Governo que nos informe se no âmbito da administração pública estadual existe autorização para utilização de cartão de crédito corporativo. Ora, é um requerimento simples, fácil de ser respondido, e para quem está em busca da transparência, esta seria uma grande oportunidade ao Governo para mostrar, porque o Governo tem que negar a Assembléia Legislativa, dizer: “Não, nós usamos o cartão corporativo.” Estaria resolvido.

Vejo aqui, tenho certeza absoluta que o encaminhamento desse requerimento, têm Deputados aqui que votaram favoráveis à derrubada, mas tenho certeza absoluta que o sentimento dos Parlamentares desta Casa é mostrar a esta Casa a realidade dessa situação.

Por que, Sr. Presidente, estamos com este requerimento aqui? Porque se estamos querendo saber disto, é porque algumas informações têm chegado aos Srs. Parlamentares, e ao chegar as informações eles não querem subir à tribuna, até para não serem tachados demagogos, primeiro ter algo fundamentado sobre o que ele queria levantar sobre a questão dos cartões corporativos.

Quero dizer, a Oposição está sendo responsável, a Oposição está pertinente, a Oposição está querendo ser transparente nas suas ações, para não chegar à tribuna - e nós teríamos todas as condições - e dizer: “olha, tem algo atrás dos cartões corporativos!” O que estamos gastando com os cartões? Agora, não queremos esclarecer.

Então, me permita, de repente o Governo poderia dizer, aqui - e disse muito bem o Deputado Belinati - de repente o Governo não faz uso dos cartões, de repente o Governo não gastou recursos com os cartões corporativos. Estaria liquidada a fatura. Agora, como o comporta-

mento do Governo é não esclarecer, eu passo a acreditar. E me permitam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, passo a acreditar que as informações que nos chegam são verdadeiras, porque estão querendo esconder, porque se não quisessem, a transparência que estaria evidenciada na atitude, eu não iria mais buscar fundamentos. Agora, infelizmente, a dúvida ficou no ar e este é o posicionamento dos Deputados da Oposição. Vamos em busca dos cartões corporativos, porque aí tem!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para informar à Casa que estas informações vou encaminhar via Liderança do Governo e vou trazer à Casa, até porque o Líder da oposição quer mistificar. Ele, na verdade, quer criar um sofisma em cima de um tema que, na verdade, é tratado com a maior transparência, que é regulamentar.

Desculpe, ele falou aqui em justificativa de voto. Também vou fazer a minha, me permita. Ele entrou no mérito de uma forma despropositada em relação à justificativa de voto, mas, me permita V. Exa., também tenho o mesmo direito, e dizer o seguinte: que o cartão corporativo é regulamentado, tem absoluta transparência, e eu vou trazer às Sras. e Srs. Parlamentares a resposta para esse pedido de informações, inclusive, para o Deputado Valdir Rossoni, desde que ele não queira receber o pedido de informações. Mas, que vou trazer, isso vou, Exa.!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Requerimento nº 1406, de autoria do Srs. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai-se proceder a verificação de votação. Dezenove Srs. Deputados rejeitam o requerimento. Vinte Srs. Deputados aprovam.

Está aprovado o requerimento.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**).

Só para registrar a presença do Prefeito de Salto de Itararé, Selmo Adalberto de Carvalho, que se faz presente aqui na Casa, e do Prefeito de Ibaiti, nosso Prefeito Peté, que está a trabalho aqui em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Requerimento nº 1391, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Duílio Genari e demais Srs. Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Dezenove Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para justificar o voto.

(Assentimento)

Veja, Sr. Presidente, salvo eu esteja equivocado na minha forma de compreender, até porque não consigo acompanhar a inteligência do Deputado Líder do governo. Ele é muito rápido e eu sou mais lento, Deputado Belinati. Há pouco, ele terminou de dizer o seguinte, quando derrubamos um dos requerimentos de pedido de informação de outra questão: “eu vou encaminhar pela Liderança do Governo”.

Nós da Oposição não queremos resposta pela Liderança do Governo. Por quê? Não tem legitimidade. Por que não tem legitimidade? Porque as informações vêm incompletas. Agora, nós, respaldados pela decisão deste Plenário, estamos respaldados.

Deputado Romanelli, com todo apreço que tenho por V. Exa., queremos a informação constitucionalmente, regimentalmente, pela presidência desta Casa, porque quem prestar as informações terá que prestar as informações como estamos pedindo, porque todas as informações que têm vindo a esta Casa pelas mãos do ilustre Líder do Governo não prestam as informações que nós desejamos. Por essa razão, insisto com o Líder do Governo que abra mão de obstruir a votação dos requerimentos.

Daqui a pouco vem o Líder do Governo - por isso justifico o voto dos Deputados da Oposição - dizer que vai prestar informação da viagem do Governador. Não tem nada de extraordinário. Todos os Governadores viajavam e vão viajar. Eu ainda quero viajar como Governador, também, porque é uma viagem especial. Vou ao Japão, vou convidar V. Exa. Deputado Belinati, Deputado Carli, Deputado Elio Rusch, vão viajar com o Governador Rossoni para o Japão, também, mas eu não terei nenhuma dificuldade de dizer o porquê da viagem, quanto gastamos, o que fomos fazer, porque é o exercício

democrático desta Casa. Quantas vezes já discutimos essa questão.

E agora quero dizer, Deputado Romanelli: não quero as informações de V. Exa., porque tenho respeito pela sua palavra, mas tenho dificuldades de receber as informações do Governo, porque todas elas vêm incompletas. E vou levar à presidência na reunião de líderes, na qual gostaria que V. Exa. convidasse todos os líderes de Partidos porque é de interesse de todos os líderes - não só do Governo ou da Oposição - vou levar a relação de requerimentos desde o ano passado que não prestaram informações, aprovados por esta Casa.

Então, não tenho motivos para acreditar na palavra do Governo. Tenho motivos, sim, de sobra, para acreditar no Líder do Governo. Mas, o Líder do Governo há de compreender a minha posição, porque quem não prestou informações do ano passado não vai prestar informações este ano.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 1403, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados aprovam.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, não gostaria de contestar a sua contagem, mas na minha avaliação não tem 21 Srs. Deputados. Posso até estar equivocado. Se V. Exa. pudesse...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Infelizmente, não vou fazer uma recontagem, mas tenho certeza. Não vou colocar em dúvida a contagem do 1º Secretário, Deputado Luizão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não é questão de colocar em dúvida, Sr. Presidente. Na votação anterior tinha 1 ou 2 Parlamentares presentes que no momento não estão. Por isso, questiono. Gostaria que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deu exatamente, com a saída do Deputado Accorsi e do Deputado Francisco Bühner deu o mesmo número

que na outra. Até porque o Deputado Stephanes e o Deputado Strapasson desta vez votaram a favor. Bateu o número. **Está rejeitado o requerimento.**

Gostaria que V. Exas. me ajudassem na votação. Não vou colocar em dúvida a palavra do 1º Secretário, mas os senhores podem me ajudar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas eu vou ajudar V. Exa. Vou pedir à minha assessoria que todos os requerimentos de informação entre com pedido de votação nominal, porque daí não há como ter equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimentos nºs 1471 e 1473, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1474, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1479, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1483, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Elton Welter e demais Srs. Deputados membros da SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1484, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1486, de autoria dos Srs. Deputados Rui Hara, Elio Rusch, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Sr. Presidente, eu estava tratando de um tema.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, há condições de fazer a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou ler pessoalmente.

(**Passa a ler o requerimento**)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, tenho acompanhado o esforço que tem feito o nosso Líder da Oposição, Deputado Waldir Rossoni, para convencer o Deputado Romanelli, Líder do

Governo, de aprovar os requerimentos que pedem informações.

Embora eu tenha me esforçado, não consegui entender por que é que se encaminhado pela Liderança do Governo é possível ter uma resposta, companheiros do PT, e se aprovado por esta Casa de Leis, parece que daí não é possível?

Então, gostaria de fazer um apelo ao Deputado Romanelli, que requerimentos que são exclusivamente de informação - não está se colocando em dúvida o Secretário ou o Governador - está se pedindo, apenas e tão somente, esclarecimentos. Quer dizer, é da parte democrática do processo legislativo que possamos aprovar esse requerimento de informações.

Até me proponho aqui, Deputado Rossoni, de quem sabe formular uma sugestão à Oposição, de que façamos um catálogo de todos os requerimentos que não foram aprovados aqui e, após, fazer a junção e encaminhar diretamente ao Governador Requião, porque duvido que o Governador vai se furtar de responder à Assembléia, por exemplo, se está sendo usado o cartão corporativo ou não! Se está tendo ou não tal processo licitatório, se está havendo ou não a execução de determinada obra.

Pediria, Deputado Romanelli, acho que todos nós e os Deputados que compõem a base do Governo, muitas vezes se tem conseguido criar uma visão de quem está na Oposição, todos são vindos de partidos ditos não de Esquerda, e os da base do Governo são todos de Esquerda, o que obviamente isso não é real, Deputado Waldyr Pugliesi, mas, grande parte dos Deputados que fazem parte da base do Governo, especialmente dos 2 partidos: PT e PMDB, são pessoas acostumadas ao debate, são Parlamentares acostumados ao confronto, à luta política, à transparência, à coragem, de colocar em pratos limpos aquilo que acontece.

Sr. Presidente, eu era estagiário desta Assembléia e daquela galeria assisti, quando o Governo Richa, havia uma dúvida no seu Governo. O que fez o Governador José Richa? Proibiu os Deputados daquela época de obter as informações? Não! Trouxe os 2 Secretários da época em rede estadual de televisão, todas as rádios, e houve um debate público aqui com relação àquela questão em que pairavam dúvidas sobre o comportamento do Governo.

Lembro-me das palavras do Líder do Governo daquela época. Ele dizia assim: "Nas águas limpas é que mora a transparência do processo legislativo no Estado do Paraná. Feliz é o Governo que é capaz de trazer à discussão pública aquilo que acontece no seu seio, porque nenhum governante é capaz de controlar tudo aquilo que acontece no Governo."

Estou vendo, aqui, que estão sendo rejeitados requerimentos de informações básicas. Então peço Deputado Romanelli, com todo o respeito, sei que V. Exa. tem travado uma discussão com o Deputado Rossoni, aqui, que avalie isso.

Parece que estou vendo, aqui, Deputado Dobrandino, V. Exa. era Líder na gestão passada, lembro-me quantas foram às vezes que V. Exa. liberou a bancada para que votasse, porque é um pedido de informação, não colocando em constrangimento, por exemplo, a bancada do nosso Partido dos Trabalhadores, que sempre prezou - nas Câmaras Municipais, se você fizer um levantamento vemos que o Partido dos Trabalhadores sempre foi o questionador de tudo o que aconteceu, dentro de qualquer poder que estabeleceu.

O Pedro Tonelli, quando assumiu aqui a única cadeira representando o PT - vou dizer uma coisa para vocês: ele fazia do seu mandato um mandato de questionamento, com todo respeito, e fazia valer em nome da população do estado. Naquela época se criticava o Governo, que muitas vezes não aprovava na CPI. Não estamos tratando de CPI, aqui, estamos tratando de requerimento.

De tal forma, Deputado Nelson Justus, que encaminho para que seja aprovado este requerimento, apenas de informação curta e simples. Assim, se o Deputado Romanelli pudesse fazer esse entendimento, para que possamos aprovar as informações, senão, na minha opinião, vamos fazer esse compêndio de requerimentos não aprovados - vamos encaminhar ao Governo, ao Ministério Público, à imprensa, e trabalhar em cima desses inúmeros requerimentos que não foram aprovados.

Obrigado pela complacência, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero dizer que ouvi o Líder do PDT, Deputado Augustinho Zucchi. Compreendo que ele possa fazer um discurso veemente como esse que fez, que aliás, se não falha a minha percepção, foi o primeiro feito com veemência, pelo menos nesta legislatura. V. Exa. invoca, aqui, um princípio que para todos nós que nascemos lutando pela liberdade e democracia é essencial, que é a informação. V. Exa., quer em um determinado ponto de sua fala, em um certo arroubo, querer constranger os meus companheiros e companheiras da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Nós companheiros do PMDB e do PT temos uma longa trajetória de luta a favor das liberdades públicas, da democracia e da justiça social neste estado e neste país. Desculpe-me, Deputado Augustinho Zucchi, não é V. Exa. que nos vai dar lição de comportamento sobre ética e moral. Lamentavelmente, os requerimentos que têm sido apresentados pela bancada da Oposição, 90% deles são pedidos que buscam, única e exclusivamente, promover desgaste político. É para isso que esses requerimentos são formulados.

Este requerimento mesmo que está em discussão, o Deputado Valdir Rossoni foi àquela tribuna e fez um pronunciamento na semana passada. Fez como o fez, como havia sido feito no famoso caso da apólice da PAVIBRAS

- ele já sabia a resposta. Eu já dei a resposta, inclusive aqui desta tribuna sobre este tema. Propus que o requerimento pode ser encaminhado via Liderança do Governo, normalmente, para se obter informação. Não. O que quer a bancada da Oposição? Quer derrotar a bancada de apoio ao Governo. Ela não quer a informação, companheiros e companheiras. Eles querem a nossa derrota neste Plenário, como comemoraram ainda há pouco. Eles não querem a informação! A informação é disponível. Não! Querem é a derrota, Deputado Artagão, da bancada que apóia o Governo nesta Casa. É o regimento da Casa que prevê a votação dos requerimentos. O requerimento pode ser respondido?

Pode ser, como tantos aqui que temos feito acordos, têm sido respondido e desculpe-me, Deputado Valdir Rossoni, têm sido integralmente respondidos e, claro, o mérito analisa cada um dos Parlamentares que recebem o documento. A resposta que vem é uma resposta oficial, com assinatura, com carimbo e com data do órgão que emitiu. Tem o mesmo valor legal. Ele não vem via fax, não vem escrito em papel de padaria, mas vem sempre em documento oficial que é expedido pelo órgão que presta a informação e tem todo o valor legal.

Então, quero dizer aos nobres companheiros e companheiras que integram a nossa bancada que queremos indicar pela rejeição desse requerimento, porque ele é, única e exclusivamente, para promover desgaste político e que efetivamente só serve à bancada da Oposição nesta Casa, que cumpre o seu papel, é claro. Foram derrotados no processo eleitoral, apoiaram uma candidatura ao Governo do Estado, a candidatura foi derrotada e efetivamente temos que reconhecer que o princípio democrático é que esta Casa tem uma Oposição e tem uma Situação.

Por isso, como Líder do Governo, encaminho pela rejeição do requerimento formulado pela bancada da Oposição e quero dizer aos meus companheiros do PT que tenho muito orgulho de tê-los como integrantes e que vou, sim, encaminhar via Liderança do Governo os pedidos de informações e vou fornecer aos Srs. Parlamentares que integram a nossa bancada, que certamente não se ofendem com as minhas palavras, entregar esses pedidos de informações a quem quiser, as informações a quem quiser e também, é claro, a quem quiser da Oposição, sem aqui citar ninguém, mas quem quiser também terá acesso às informações requeridas, Sr. Presidente. Por isso que pedimos pela rejeição do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tenho procurado, no decorrer do exercício do meu cargo de Líder da Oposição, dizer ao Deputado Romanelli que agressividade no encaminhamento não leva a lugar nenhum. Aí ouvi aqui o Deputado Augustinho Zucchi, que fez um brilhante encaminhamento e nem do requerimento próprio ele falou, mas

falou dos requerimentos e fez um brilhante encaminhamento. O que fez o Líder do Governo?

Foi motivo de chacota o seu requerimento, Deputado, dizendo que a primeira vez V. Exa. encaminhou. Quer dizer, não entendo por quê, mas vou dizer uma pura e santa verdade que talvez isso vá calar mais fundo. Uma das questões, Deputado Dobrandino, V. Exa. foi Líder desse Governo e o Deputado Romanelli ficará profundamente magoado comigo, mas me obrigo a dizer que ele não quer entender nas entrelinhas, ele não quer entender nas entrelinhas quando você não quer dizer algo. Às vezes você manda através do que você diz outras palavras para não dizer a verdade, toda a verdade. Deputado Romanelli, o Deputado Augustinho Zucchi disse aqui que o Governo “X” ou “Y” - e não vou nem citar o nome, porque parece que estou puxando a brasa para o meu assado - disse que o Líder do Governo disse que o seu Governo era melhor, as águas limpas. O problema, hoje, da diferença de V. Exa. e do Deputado Dobrandino, é que as águas são diferentes.

Quando o Deputado Dobrandino foi Líder nesta Casa, e todas as vezes que o Deputado Dobrandino assumiu o compromisso com a Oposição, ele honrou o compromisso, estava navegando em águas transparentes. Agora, V. Exa. navega em águas turvas, e por isso eu compreendo a dificuldade que V. Exa. tem. Mas, para deixar claro por que é que nós queremos a legitimidade da aprovação do requerimento...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, antes que o Deputado Valdir Rossoni faça a leitura, me permita, quero que ele me informe qual foi o acordo que eu fiz aqui nesta Casa e não cumpri.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, estamos encaminhando um requerimento e não fazendo um debate.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, o que está em jogo aqui é a minha credibilidade. Qual foi o acordo que eu não cumpri? Qual foi o acordo que eu fiz e não cumpri aqui?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero deixar a palavra com o Deputado Valdir Rossoni para o encaminhamento do requerimento, exclusivamente para o encaminhamento do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, aprenda, se é que V. Exa. pode aprender com os meus Pares da Oposição. Quando, na semana passada, eu subi àquela tribuna e dei encaminhamento às críticas ao Governo, fundamentadas, com documentos, V. Exa. me chamou de demagogo. Quando o Deputado Augustinho Zucchi encaminhou com brilhantismo - Deputado Durval, é verdade ou não é? -

V. Exa., motivo de chacota. E eu vou justificar aqui para encerrar esse episódio do porquê discutir os requerimentos. Porque se eu encaminhar para o Líder do Governo, é aquela história da avestruz se esconder, esconde a cabeça e mostra o resto. Eu encaminho para o Líder do Governo, ninguém tem conhecimento, não se debate o assunto, vão dizer que a Oposição é inoperante, é incompetente.

Estamos com aproximadamente 10 pedidos de informações, por quê? Porque nós, legitimamente, estamos trabalhando. É a nossa obrigação! Ganhamos salários de marajás, temos que exercer a nossa função. Agora, se ficarmos aqui dizendo amém ao Líder do Governo, o que vai acontecer? Não vamos fiscalizar, não vamos buscar as informações e vamos ser tachados de incompetentes e inoperantes.

Por isso, Sr. Presidente, me permita ler aqui o artigo 56. Deputado Romanelli, se é que eu mereço a sua atenção, ouça a minha leitura e interprete para ver se eu não tenho razão. Artigo 56: *A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informação ao Secretário de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso 34 do artigo 54 da Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de 30 dias.*

O que isso quer dizer, Sr. Presidente? Por que o Líder do Governo insiste em não aprovar os requerimentos e diz que presta as informações? Porque é o seguinte, aprovado o nosso requerimento: esse “livrinho” aqui é sagrado. Certo ou errado, o Regimento Interno tem que ser respeitado. Se o Secretário, o órgão, não prestar as informações corretas, incorre em crime de responsabilidade, meu ilustre Líder. Então, V. Exa. entenda e compreenda que nós estamos aqui, e eu vou trazer aqui um discurso do ilustre cidadão brasileiro, político deste país, talvez tenhamos que ouvir 10 minutos de discursos quando ele fala da Constituição. Esse homem foi um homem, quando falou da Constituição, serve bem para este momento que estamos vivendo, jamais deixar de discordar, mas jamais deixar de respeitar a Constituição.

Por esta razão, Sr. Presidente, em respeito à Constituição, peço ao Líder do Governo, a Constituição está acima de todos nós, e é baseados na Constituição que não abrimos mão da informação legitimada por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos proceder a votação. Deputados que aprovam o requerimento ao Exmo. Sr. Secretário Maurício Requião, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu encaminhei à Mesa o pedido de votação nominal para não haver este conflito de contagem.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu vou responder a V. Exa.

V. Exa. encaminhou à Mesa 3 requerimentos da votação deste requerimento e de mais outros 2. Este requerimento a Mesa deixou de apreciar, o primeiro deles, porque já estava em processo de votação. Os outros 2, aí sim, serão submetidos à votação nominal. É esta a explicação que cabe a V. Exa.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1493, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

Está aprovada a votação nominal para o requerimento à Secretaria da Segurança Pública.

Requerimento nº 1487, de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel, Duílio Genari, Rui Hara e demais Srs. Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, o requerimento está baseado em informações de que há, eu vou ler o requerimento, que requer informações, chegam informações que suspenderam e é por isso da legitimidade dos requerimentos. Eu não queria falar isto antes de vir a informação, mas chega a informação à Liderança da Oposição que suspenderam a alimentação dos cadetes que estão lá fazendo treinamentos. Verdade? Mentira? Não tem esta informação. Depois da informação, teremos a nossa conclusão.

Por isto é muito válido o nosso requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu vi o Deputado Romanelli acenar aqui que havia uma pré-disposição de votar a favor desse requerimento e se ele mantiver eu pediria ao Deputado Valdir Rossoni para retirar, especificamente desse requerimento, a chamada nominal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, é que eu, na verdade, não havia lido o requerimento e ouvi mal, e quando eu li achei o requere-

rimento um absurdo: pergunta se houve a suspensão da alimentação dos cadetes que estão internados na Academia Policial do Guatupê, ou seja Exa., nós somos pela rejeição do requerimento. O requerimento é absurdo e abusivo! Por isso nós encaminhamos pela rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação do requerimento do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Professor Luizão)

(Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados).

Vinte e um votos NÃO e 17 votos SIM.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Consultaria V. Exa. se o Deputado Tadeu Veneri votou ou não?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Votou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para justificar o voto.

Sr. Presidente, qual é o mal que tem esta Casa ter conhecimento da denúncia que está chegando da questão da alimentação dos cadetes? Por esta razão não tem nada de especial. Não tem jeito, Deputado Augustinho Zucchi, se depender do meu voto, vamos fazer um encadernamento de todos esses requerimentos, porque não há como aceitar que esse tipo de informação... É claro, agora o requerimento não aprovado, vão resolver o problema, pelo menos o fato está criado, mas é só pedir informação que vamos encontrar as testemunhas que trouxeram as informações.

Então, justificativa do nosso voto dos Deputados da Oposição, o nosso requerimento, Sr. Presidente, não é descabido, ele é consistente. E por esta razão é que queremos a informação, porque se tivéssemos uma posição já tomada, verificado *in loco* a situação, não precisávamos de requerimento, vínhamos aqui e denunciávamos. Agora, não tenho. Tenho informações e informações. Por isso a confirmação. Mas quando não aprovam um requerimento deste, por mais descabido que seja a alguém, para mim ele é fundamentado, correto, legal, de quem está preocupado com quem está fazendo uso deste serviço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para justificar o voto.

Quero dizer...

(Tumulto no plenário)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Essa justificativa de voto todo Deputado pode fazer? Qual é o tempo? É por escrito?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todo Deputado pode fazer por 10 minutos. Não precisa estar inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então me inscrevo para fazer a justificativa de voto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, ouvi aqui as palavras do Deputado Valdir Rossoni e fico pensando, Exa., o que ele disse: “faz 2 minutos que chegaram aqui as informações.” Falou isso literalmente. O que ele faz, o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição? Faz um requerimento de pedido de informação, instrumento, instituto que está estabelecido tanto na nossa Constituição Federal, quanto na Estadual e faz um pedido de informações...

(**Tumulto no Plenário**)

(**Vários Srs. Deputados falando ao mesmo tempo**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, tenho ouvido nesta Casa, de forma paciente, todos os Srs. Parlamentares, e certamente o Deputado Jocelito Canto, se somado todos os tempos de nós Parlamentares, falou o tempo de todos nós durante esse período, aqui, somando todos nós. Quero dizer, Deputado Jocelito, que muitas vezes é ruim ter que ouvir alguém falar, mas quero falar que não é o caso de se fazer um pedido de informação, até penso que o Líder da Oposição podia vir aqui fazer um questionamento, nós telefonávamos, descobriríamos o que está acontecendo. Imagina, o pedido de informação tem 30 dias para ser respondido, vai demorar pelo menos uma semana para que ele seja processado, 37 dias, mais os dias para voltar, 45 dias, mais ou menos, para retornar a esta Casa. Imagina se esse requerimento aqui vai resolver o problema que está no enunciado do requerimento do pedido de informações.

Por isso, Deputado Rossoni, V. Exa, por favor, respeite a inteligência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero esclarecer as V. Exas., até o pedido do Deputado Jocelito Canto, efetivamente, que a declaração de voto tem que ser por escrito. Por uma arbitrariedade desta Mesa, temos concedido e tem sido uma praxe democrática nesta Casa, que o Deputado, depois da votação, declare o seu voto e não faça uma justificativa do tipo que ambos os líderes estão fazendo, porque é totalmente extemporânea. E tem razão o Deputado Jocelito Canto quando requer a questão de ordem, porque estamos apenas por uma liberdade nossa e não poderia ser diferente, o Parlamento é o lugar para se falar realmente. Mas, não vamos tolerar mais, a declaração de voto é uma coisa mas a justifica-

tiva do voto, em 10 minutos, tem que ser feita antes do encaminhamento do requerimento.

Pela ordem, Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na loteria da Caixa Econômica Federal, o animal grande, o elefante, é o número 45 na loteria. No jogo do bicho, acho que não existe mais porque desde que era criança ouvi falar que estavam combatendo, tenho a impressão que não tem mais. Então 45 é o elefante, no jogo da Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, até para descontrair um pouco, desanuviar este ambiente carregado, para dizer que jogaram um elefante em cima dos servidores da área da saúde. Então, imagina cair um elefante em cima de alguém, o estrago que faz.

Neste mês está aqui a relação do SindSaúde. O Governo, o Secretário da Saúde, está descontando dos servidores da saúde que não estão cumprindo a jornada de 40 horas de trabalho, estão cumprindo uma jornada de 30 horas. Está aqui, Sr. Presidente, município por município, 545 servidores. O contra-cheque está pronto, eles estão tendo desconto. Os 545 servidores da área da saúde estão tendo um desconto no seu salário, porque há esse impasse no tocante a jornada de trabalho. Somos solidários ao pessoal da área da saúde, dentro daquilo que preceitua a Organização Mundial da Saúde, de que a jornada de trabalho ideal para o paciente e para os servidores é de 30 horas.

Jogaram, Sr. Presidente, um elefante em cima do servidor da área de saúde, porque 545 servidores vão ter um corte no salário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Creio que não há dúvida que esta Casa tem sido solidária aos servidores da saúde.

Pela ordem, Deputada Rosane.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Há 10 dias mais ou menos, a denúncia com relação a suspensão da alimentação, que seria o almoço de 45 cadetes do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais, que realmente essa alimentação estaria suspensa, inclusive com os cadetes sendo liberados da instituição para poderem alimentar-se na hora do almoço.

No momento até achei que deveria ter buscado as autoridades competentes para que isso fosse resolvido.

Só que a questão realmente existe, essa denúncia é formal, acho que se não coubesse realmente um requerimento, um pronunciamento, esta Casa deveria fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Requerimento nº 1488, de autoria dos Srs. Deputados Rui Hara, Duílio Genari, Valdir Rossoni e demais

Srs. Deputados membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

Pela ordem, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas em função da afirmação feita pela Deputada Rosane, estava no telefone com o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, o Secretário não tem conhecimento de absolutamente nada, de nenhum problema no fornecimento da alimentação para os cadetes. Acabou de me dizer, aqui, o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento do pedido de informações ao Sr. Governador Roberto Requião e ao Diretor-Presidente da COHAPAR.

Requerimento nº 1494, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai-se proceder a verificação de votação para o requerimento que solicita votação nominal ao requerimento.

Vinte Srs. Deputados rejeitam a votação nominal. Dezesseis Srs. Deputados aprovam.

Está rejeitada a votação nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa pedisse a leitura do requerimento, porque não tenho o conhecimento dele.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Professor Luizão**)
(**Lê requerimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai-se proceder a verificação de votação.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, somente para registrar, nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa, a presença do Prefeito Maurício de Castro, de Bom Sucesso, que se faz acompanhar de vários companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo, Prefeito de Bom Sucesso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu também queria fazer o registro da presença do Prefeito Miro, do município de Pinhalão, meu companheiro e amigo. É uma satisfação recebê-lo aqui. Mais de 1.500 votos na nossa querida Pinhalão, que é um município extremamente importante e, felizmente, tem tido uma boa gestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Assim como registramos a presença da Vereadora de Céu Azul e suas acompanhantes lá de Cascavel. Sejam bem-vindas a esta Casa!

Requerimento nº 1489, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Elton Welter, e demais Srs. Deputados membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1465, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1469, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1470, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1490, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1491, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Nós fizemos esse requerimento baseado em que a Assembléia está se modernizando. Teremos a TV Assembléia, nos próximos dias, teremos o painel e solicitamos a

instalação de computadores com internet para a central de jornalismo aqui da Assembléia e, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já tem.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Não, mas não está ligado ainda. Só para acelerar esse processo.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para não deixar de registrar, também, a presença do Vereador Zezinho e dos demais companheiros do município de Pinhais acompanhando esta Sessão, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 313, 335 e 342/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 101 e 231/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07 e do Projeto de Lei nº 331/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 097, 106, 239 e 246/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 086/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta dos processos protocolados sob nº 5095, datado de 23 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ANNIBELLI NETO, matrícula nº 40068, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado dos Transportes, até 31/12/2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 087/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob nº 4217, datado de 07 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, JUSSARA FREITAS TRANCOSO, matrícula nº 40578, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado da Saúde, até 31/12/2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 088/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob nº 3996, datado de 03 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar, a ficha funcional de CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI, matrícula nº 40540, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTB-0, com lotação na Diretoria de Pessoal, para tornar sem efeito as Portarias nº 10/95 e 171/95, referentes a dois períodos de licenças especiais contados em dobro indevidamente, compreendidos entre 19/06/85 e 19/06/90 a 19/12/90 a 19/12/94, por ter obtido direito à licença especial só a partir de 22/12/92.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 089/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4907, datado de 21 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH CAMATI, matrícula nº 40689,

para acompanhamento médico de sua filha menor Isabela G. Camati, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 24 de abril de 2007. CID X B 27.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 090/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5098, datado de 23 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARIANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12 de maio de 2007, CID. X F 31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 091/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4189, datado de 04 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de NIVALDO FOGANHOLI, matrícula nº 40797, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 02 de junho de 1986, lotado na Diretoria Financeira, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial que deixou de usufruir, referente ao quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, de acordo com o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença

dos seguintes Deputados: Luiz Fernandes Litro, Elton Welter, Reni Pereira e Osmar Bertoldi. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da 2ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 097/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi, na forma do substitutivo geral do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO; 3º) Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 025, 026, 067, 098, 099 e 100/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Osmar Bertoldi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 048/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária

da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ney Leprevost apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 160, 183, e 185/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ney Leprevost apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 126, 128, e 132, 141, 156 e 161/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do

Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 086/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Rui Hara apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 007, 076 e 118/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 069 e 070/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-

se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 149/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 021, 120, 202, 199 e 115/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Plauto Miró apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 210, 219, 224, 229/07 e Projeto de Lei Complementar nº 058/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ney Leprevost apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 189/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Rui Hara apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 113 e 151/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Rui Hara apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 027, 262, 275 e 276/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n.ºs 130, 157, 266, 270 e 277/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n.ºs 131, 218, 136, 311/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Rui Hara apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n.ºs 285, 295, 296 e 049/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ney Leprevost apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n.ºs 037/07, 162/07, 184/07, 204/07, 213/07, 284/07, 297/04, 303/07 e 306/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

